

SÔNIA CRISTINA RIBEIRO REMOR

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: MISÉRIA E MORAL

Florianópolis

2003

SÔNIA CRISTINA RIBEIRO REMOR

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: MISÉRIA E MORAL

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas na área de Teoria Econômica, para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

Florianópolis

2003

Prof. Alberto Jones
Coordenador de Estágios e
Monografia do Deptº de Ciências
Econômicas/CSE/UFSC


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO

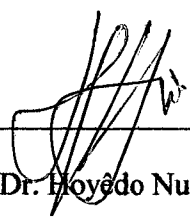
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota9,5..... à acadêmica Sônia Cristina Ribeiro Remor na disciplina CNM 5420 – Monografia pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued
Presidente



Prof. Dr. Hovêdo Nunes Lins
Membro

Prof. Jesiel de Marco Gomes
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued, orientador desta monografia.

A todos os amigos que estiveram ao meu lado nesta etapa.

Pelos cinco anos de compreensão, paciência, amizade e incentivo agradeço especialmente:

À minha mãe, Mara.

“Só uma mãe sabe o que pesa um filho.”

(Sofocleto, 1926)

À minha avó, Eliza.

“A fé não é crer no que não vimos, mas é criar o que não vemos.”

(Unamuno, 1864-1936)

À minha irmã, Gabriela.

“Só irmão não basta ser, melhor é serem amigos.”

(Livro dos Cantares, sec. VI a.C)

À minha tia, Tânia.

“Os bons conselheiros terão sempre clientes.”

(Shakespeare, 1564-1616)

Ao meu amigo, Erich.

“O nome de amigo é comum, mas a sua fidelidade é rara.”

(Fedro, 15 a.C – 50 d.C)

Ao meu amigo, Rodrigo.

“O coração tem razões que a própria razão desconhece.”

(Pascal, 1623-1662)

Dedico este trabalho à minha avó Eliza,
fonte inesgotável de amor, motivação e fé.

RESUMO

Fome e miséria são situações de carência que acompanham a humanidade desde o início dos tempos, e em cada período histórico tiveram suas causas e sua perpetuação inerentes ao modo de produção do qual participavam. Assim, atualmente questiona-se porquê combater a miséria tornou-se uma necessidade, já que se trata de um fenômeno antigo. Para responder a questão este ensaio se utiliza da associação entre as ciências econômicas, sociais e biomédicas.

Parte da resposta é que o modo de produção capitalista trouxe consigo uma miséria humana representando tanto um pressuposto como um produto do objetivo principal de sua classe dominante, a acumulação de capital. Essa miséria tem atravessado séculos modificando os seres humanos em sua estrutura física e psicológica, afetando além da inteligência, a moral e a dignidade dos indivíduos. Esse estado de carências tem feito aflorar na classe operária instintos selvagens, e que paradoxalmente são também instintos de sobrevivência, refletindo atualmente nas crescentes ondas de violência, ameaçando a própria existência dos privilégios da acumulação.

A natureza da fome e da miséria inerentes ao modo capitalista de produção demonstram através de um estudo marxista, sociológico e moral que, nas proporções em que se encontram atualmente, a fome e a miséria precisam ser combatidas como forma de acalmar a classe operária miserável. A burguesia precisa exibir um humanitarismo para seu próprio interesse e sobrevivência como classe dominante.

Área de Concentração: Teoria Econômica

Palavras-chaves: 1. Modo de Produção Capitalista

2. Miséria humana

3. Convicções sociais

4. Moral

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	14
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
1.2 Metodologia	14

CAPÍTULO II

2. O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO	17
2.1 A transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista	17
2.2 A gênese histórica do modo capitalista de produção	19
2.3 O modo capitalista de produção	25
2.4 A Lei Geral da Acumulação Capitalista	29
2.4.1 As classes sociais e suas necessidades	29

CAPÍTULO III

3. FOME E MISÉRIA HUMANA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	38
3.1 Substituição das antigas convicções sociais	40
3.2 O mito da explosão demográfica	44

CAPÍTULO IV

4. AS CONSEQUÊNCIAS DA FOME E DA MISÉRIA SOBRE A ESPÉCIE

HUMANA 50

4.1 Os matizes da fome 50

4.2 As manifestações da fome e da miséria no organismo humano 52

4.3 Efeitos sociais, econômicos e políticos como produtos da fome e da miséria humana55

CAPÍTULO V

5. A POBREZA E A MISÉRIA HUMANA SOB A ÓTICA MORAL59

5.1 A unidade da miséria aplicada na análise da conduta humana diante das mazelas
sociais62

CAPÍTULO VI

6. PROJETO FOME ZERO - UMA PROPOSTA DE POLÍTICA DE SEGURANÇA

ALIMENTAR PARA O BRASIL66

6.1 Definição do público beneficiário67

6.2 Políticas estruturais68

6.2.1 Políticas de geração de emprego e renda68

6.2.2 Políticas de reforma agrária70

6.2.3 Proposta da Previdência Social Universal70

6.2.4 Bolsa escola e renda mínima71

6.2.5 Propostas de incentivo à agricultura familiar72

6.3 Políticas específicas73

6.3.1 O Programa Cupom de Alimentação – PCA73

6.3.2 Redirecionamento do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	74
6.3.3 Doações de cestas básicas emergenciais	75
6.3.4 Combate à desnutrição materno-infantil	76
6.3.5 Manter estoques de segurança	76
6.3.6 Ampliação do mercado escolar	77
6.3.7 Segurança e qualidade dos alimentos	77
6.3.8 Educação para o consumo e educação alimentar	78
6.4 Políticas locais	78
6.4.1 Programas municipais de segurança alimentar	78
6.4.2 Restaurantes populares	79
6.4.3 Banco de alimentos	80
6.4.4 Modernização dos equipamentos de abastecimento	81
6.4.5 Novo relacionamento com as redes de supermercados	81
6.4.6 Agricultura urbana	81
6.4.7 Apoio à agricultura familiar nas áreas rurais	82
6.4.8 Apoio à produção para auto-consumo	82

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
-----------------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA	89
---------------------------	-----------

**“Juízes com fome apressam-se a assinar a
sentença;/ Miseráveis são enforcados
para que o Júri possa ir jantar.”**

Pope (1688-1744)

CAPÍTULO I

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido para esta pesquisa esteve motivado na percepção da angústia que a subsistência representa hoje para milhões de seres humanos. A existência de uma “cultura da fome”, criando histórias simbólicas¹ para explicar e conformar os indivíduos à situação de miséria humana, como se só o sobrenatural fosse capaz de explicar a insuficiência alimentar. Isso demonstra claramente o desconhecimento das reais causas das desigualdades sociais. O porquê de se combater essas desigualdades vem a ser o objetivo central deste ensaio.

Ao iniciar este estudo, surgiu a preocupação em esclarecer alguns pressupostos adotados para a análise do tema. Em primeiro lugar, a questão da fome e miséria humana não é encarada como uma problemática nova, atual, resultado de uma única ação, específica, de um ou outro indivíduo sobre uma parcela da sociedade.

Fome e miséria existem desde o início dos tempos, e em cada período tiveram suas causas inerentes ao processo histórico do qual participavam. A fome que integrou o modo de produção feudal teve suas causas particulares dentro do modo de produção ao qual pertencia. Assim, apesar de ser um fenômeno antigo, pode-se questionar o porquê destes miseráveis famintos, na atualidade, serem foco de ações políticas e compensatórias por parte da sociedade e do aparato estatal. A fome é uma questão historicamente determinada.

¹ Na região do Vale do Jequitinhonha (Brasil), por exemplo, as famílias explicam a situação de miséria em que vivem através da lenda de Romãozinho. A população acredita que a região é assombrada por um demônio que rouba comida e que só aparece nas casas de quem tem fome. Romãozinho, diz a lenda, gosta de desgraça e sofrimento. As pessoas que sofrem com a fome dizem ver Romãozinho revirando as panelas vazias de suas casas. (Informação obtida através de reportagem no programa Globo Repórter exibido em 23 jan. 2003)

Ao pensar a questão da miséria humana, procura-se resgatar o princípio do direito humano à alimentação, como parte componente do direito à vida reconhecido no Tratado Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Os Direitos Humanos, firmados em 1948, pelos chefes de Estado e de governo dos povos do mundo, são inalienáveis e independentes da legislação local, adquiridos exclusivamente pelo fato dos indivíduos fazerem parte da espécie humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é baseada em princípios éticos e morais, reconhecendo e respeitando as diversidades dos povos.

O segundo pressuposto adotado neste estudo é o de que a fome e a miséria humana eram vistas pelos indivíduos que compunham a sociedade como fatos naturais, e agora serão vistos como fatos sociais, ou ainda, doenças sociais. Para compreender essa transição, de visão natural para social da fome e miséria, serão expostas as causas centrais destes males inerentes ao processo histórico que sucedeu o modo de produção da Baixa Idade Média, ou seja, o modo de produção capitalista.

O terceiro e último pressuposto é o de que para se estudar a fome e miséria humana, como fato social, é indispensável a associação de três disciplinas: ciências sociais e econômicas, que podem responder porque existe a fome e a miséria, e as ciências biomédicas, que demonstram as consequências destas sobre o organismo humano e incentivam seu combate.

Partindo da associação destas três disciplinas, pode-se compreender a problemática do flagelo da fome e responder porquê seu combate tornou-se necessidade prioritária no atual estágio do modo capitalista de produção.

No segundo capítulo pretende-se partir de uma explicação marxista sobre o processo histórico que continua a gerar uma massa humana de famintos miseráveis, não associados à escassez de alimentos, mas sim à fartura e desperdício. Será abordada a transição do modo de

produção feudal para o modo de produção capitalista. As características da fome em cada um deles serão identificadas de forma a tornarem visíveis as diferenças de suas causas. A gênese histórica do sistema capitalista será apresentada juntamente com sua lei geral de acumulação, as necessidades que essa lei cria em suas classes e os ideais políticos que foram produzidos por essa sociedade.

Após desvendadas as causas da miséria humana inerentes ao modo capitalista de produção, e conhecidas as necessidades de suas classes, o terceiro capítulo discutirá a substituição das antigas convicções sociais. Trata-se de uma abordagem atual, transformando a visão humana dos fatos como produtos naturais para os fatos como produtos sociais, passíveis de mudança. A questão da fome e da miséria serão analisadas como doenças sociais, produzidas e perpetuadas pelo próprio homem, mas, desmistificando a explicação neomalthusiana de que os flagelos são produtos da superpopulação mundial.

O quarto capítulo tem a finalidade de desvendar os matizes da fome e suas conseqüências sobre a espécie humana. Seus custos sociais, econômicos e políticos poderão através da discussão, serem convertidos em motivos para seu combate.

A abordagem do quinto capítulo consistirá na apresentação de um polêmico argumento: o compromisso moral de se combater a fome e a miséria humana.

Se nem todos os indivíduos se sentirem convencidos da necessidade de combater essas mazelas; se ainda assim preferem manter seu privilégio de classe, o conceito de moralidade será retomado para discussão ao mesmo tempo em que a necessidade de sobrevivência a qualquer custo obrigue esses privilegiados a abandonarem seus privilégios.

No sexto capítulo, será apresentado um exemplo real e concreto de medidas propostas pelo atual governo brasileiro, conhecido como Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil.

O projeto Fome Zero constitui um exemplo de proposta política com caráter social, econômico e moral de combate à fome e a miséria humana. Formado por representantes de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, institutos de pesquisa e especialistas ligados à questão da segurança alimentar, o projeto busca integrar a sociedade civil e o Estado numa luta conjunta e organizada.

O eixo central do projeto conjugando políticas estruturais, voltadas à distribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, Reforma Agrária, entre outros, tem por objetivo atacar as causas da miséria. E paralelamente, as chamadas políticas compensatórias, de caráter emergencial, serão expostas para caracterizar a necessidade de ação diante das questões que assombram parte da humanidade.

O atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, argumenta que limitar-se às políticas compensatórias enquanto a estrutura segue concentrando renda e gerando desemprego, significa apenas iludir a sociedade. Mas, priorizar somente políticas estruturais também não é admissível, pois estas podem levar anos para gerarem resultados consistentes. Seria, assim, moralmente inaceitável deixar milhões de pessoas condenadas à insuficiência alimentar. A fome seguiria matando, produzindo desagregação social e familiar, doenças, desespero e crescente violência. (SILVA, 2001)

A viabilidade do projeto, seus custos e fonte de recursos não serão discutidos devido ao fato de não ser este o objetivo deste ensaio. Assim, este capítulo se propõe apenas a ilustrar, de forma real, um exemplo de reação do aparato estatal em conjunto com a sociedade para combater os resultados gerados pelo modo capitalista de produção.

As considerações finais serão apresentadas no sétimo capítulo, sem a menor pretensão de esgotar o tema, e consciente de que este é apenas o primeiro passo para o entendimento das causas das mazelas que assolam a sociedade atual.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Compreender as causas da fome e miséria humana no modo de produção que sucedeu ao feudalismo, ou seja, entender as causas destes males inerentes ao modo capitalista de produção.

1.1.2 Objetivos específicos

O primeiro ponto será identificar como funciona o modo de produção capitalista, os objetivos e necessidades de suas classes e as causas da fome e miséria humana que integram essa sociedade.

O segundo ponto será entender por quê no período histórico contemporâneo, a fome e a miséria passaram a ser vistas como fatos sociais, carentes de políticas estruturais e compensatórias por parte da sociedade e do aparato estatal.

O terceiro ponto analisará os motivos de se combater a fome e a miséria humana, abordando argumentações de ordem sociológica, biomédica e moral.

O último ponto da pesquisa consistirá numa exposição do Projeto de Segurança Alimentar – Fome Zero, do atual governo brasileiro.

1.2 Metodologia

Para a pesquisa das causas da fome e miséria inerentes ao modo de produção que sucedeu o feudalismo, será utilizada a obra de Crítica da Economia Política de Karl Marx. Bibliografias à

respeito de abordagens sociológicas, morais e biomédicas serão utilizadas para demonstrar as consequências da fome e miséria no indivíduo humano.

O Projeto de Segurança Alimentar do governo brasileiro, bem como alguns dados relevantes para o estudo, serão adquiridos através de pesquisa via internet.

Revistas também serão utilizados como fonte de informações sobre o tema, de acordo com a necessidade da pesquisa.

CAPÍTULO II

CAPÍTULO II

2. O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO

“Será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?” (CASTRO, 1968: 45)

Ao pensar a fome e miséria humana, deve-se ter claramente o pressuposto de que não se tratam de questões novas, surgidas nesta ou naquela geração, mas trata-se de uma problemática que teve diferentes causas em diferentes épocas e processos históricos.

Este capítulo tem o objetivo de encontrar no modo de produção capitalista, sucessor do modo de produção feudal (séc.V até final Séc.XV), as causas centrais da fome e da miséria humana que integram o período histórico em que a sociedade vive atualmente.

2.1 A transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista

A descrição encontrada na história das sociedades faz referência a que, até o século XVI, os trabalhadores detinham os meios de produção e a força de trabalho necessária para gerar mercadorias e alimentos para sua subsistência. Mas nem por isso a fome e a miséria humana estiveram ausentes da vida dos indivíduos. (GANSHOF, 1959)

No modo de produção feudal, os indivíduos participantes desse processo histórico, tinham na subsistência e na auto-suficiência duas características marcantes. Sua economia era baseada na

agricultura e no pastoreio, seu diferenciador de riqueza era a terra, obtida através de doações, portanto, a mobilidade social era quase nula. (GANSHOF, 1959)

No início do século X, na Europa Medieval, a população começou a viver livre da ameaça de invasões dos povos bárbaros e das guerras, a insegurança da sociedade diminuiu. Desta forma, a população começou a se reproduzir rapidamente, e os camponeses foram se dedicando mais a agricultura, cultivando novas terras e aperfeiçoando as técnicas agrícolas.

Mas, o aumento da produção de alimentos não acompanhou o aumento populacional, pois o desenvolvimento tecnológico era limitado e as terras disponíveis eram poucas. Assim, com muito mais gente para comer do que alimentos sendo produzidos, a saída dos senhores feudais foi expulsar muitos servos de suas terras.

Os servos expulsos da terra ficavam sem trabalho e formavam um exército de desocupados desprovidos da terra de onde extraíam sua subsistência, acabavam por viver de saque ou caíam na fome e miséria. A Igreja Católica, integrante da classe dominante do período, voltou sua atenção para esse exército de gente e, para evitar que a Europa se transformasse num caos, o que colocaria todos os seus privilégios em risco, organizaram as Cruzadas². Milhares de pessoas se apresentaram como voluntários para a luta armada, e acabaram dizimados. Na verdade, o que a Igreja Católica e até mesmo a nobreza européia queriam era resolver o problema da falta de terra e dos desocupados. (GANSHOF, 1959)

As cruzadas nunca chegaram a atingir plenamente seus objetivos, mas provocaram mudanças importantes na Europa, como por exemplo, a reorganização do comércio entre Oriente e Ocidente e o desenvolvimento de uma nova classe social, a burguesia.

² As Cruzadas foram movimentos religiosos e militares que visavam combater os infiéis, principalmente os muçulmanos, em nome de Cristo. Milhares de pessoas se apresentaram como voluntários. (GANSHOF, 1959)

A economia auto-suficiente do feudalismo foi cedendo lugar à economia de mercado. Assim, o desenvolvimento do comércio pelas cruzadas, com a conseqüente ampliação da economia monetária, foram fatores importantes que contribuíram para o fim do feudalismo³. (GANSHOF, 1959)

A relação entre os agentes que integrariam o sistema capitalista surgiu do próprio modo de produção feudal, com a extinção das vassalagens feudais e de suas instituições que garantiam a existência do trabalhador. Com o fim do feudalismo, o camponês e o servo, produtores rurais expropriados de suas terras, representaram a base do processo de transição para o modo de produção capitalista.

Desta forma, o sistema capitalista pressupõe a separação dos trabalhadores da propriedade dos meios de produção, os quais seriam utilizados para realizar o trabalho e produzir através deste as condições necessárias para sua sobrevivência e reprodução. (MARX, 1987)

2.2 A gênese histórica do modo capitalista de produção

Segundo Marx, “O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho (...)”. (MARX, 1987: 830) Assim, desprovidos dos meios de subsistência, ou os trabalhadores expropriados vendiam sua força de trabalho como mercadoria, ou praticavam rapina para garantir no mínimo sua alimentação, ou passavam fome e viviam na miséria.

³ As principais causas da fome e miséria no modo de produção feudal foram: a *Grande Fome* dividida em 2 períodos, 1314-1315 e 1347-1349; as *Guerras*, com conflitos entre senhores feudais e entre nações; as *Epidemias*, como a peste negra que provocou a morte de um grande número de camponeses e fez com que a produção de alimentos diminuísse e aumentasse a exploração dos que sobreviveram; e as *Revoltas camponesas*. (GANSHOF, 1959)

Os trabalhadores que não são parte e nem são donos dos meios de produção⁴, eram livres para vender sua força de trabalho aos possuidores de dinheiro e dos meios de produção, estes por sua vez, empenhados em acumular mais valores do que já possuíam, compravam a força de trabalho alheia em troca de um salário para subsistência dos trabalhadores livres.

O grande problema é que esses indivíduos não conseguiam ser absorvidos na indústria com a mesma rapidez com que ficavam disponíveis para o trabalho assalariado. Como consequência, arrancados dos meios de produzir sua própria subsistência, muitos indivíduos viravam mendigos, miseráveis, famintos, ou até mesmo ladrões e vagabundos.

Assim, no decorrer do século XVI, na Inglaterra, após o processo de dissociação do trabalhador de seus meios de produção, esses trabalhadores expulsos de suas terras eram punidos devido a sua nova condição social. Eram vistos pela legislação⁵ como sendo pessoas que escolhiam o caminho da indigência propositalmente, não queriam trabalhar porque era da natureza humana buscar a vadiagem. Como forma de punir essa natureza humana no reinado de Henrique VIII, por exemplo, os indivíduos sadios sem trabalho, eram flagelados, encarcerados, amarrados e açoitados. Além de serem obrigados a voltar ao local onde moraram nos últimos anos para se porem a trabalhar. (MARX, 1987)

Esse tipo de legislação sanguinária esteve presente em vários reinados⁶. No reinado de

Elizabeth, 1572. – Mendigos sem licença e com mais de 14 anos serão flagelados severamente e terão suas orelhas marcadas a ferro se ninguém quiser tomá-los a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se têm mais de 18 anos, serão enforcados, se ninguém quiser tomá-los a serviço por 2 anos; na terceira vez serão enforcados, sem mercê, como traidores. (MARX, 1987: 852)

⁴ Para Marx, os escravos e servos eram exemplos de trabalhadores que faziam parte dos meios de produção e o camponês autônomo era exemplo de trabalhador proprietário dos meios de produção. O trabalhador referido como livre não fazia parte de nenhum dos dois exemplos. (MARX, 1987)

⁵ Legislação contra vadiagem, surgida na Europa Ocidental, começou no reinado de Henrique VII na Inglaterra. (MARX, 1987)

⁶ Além do reinado de Henrique VIII têm-se a legislação sanguinária no reinado de Eduardo VI, Elizabeth e Jaime I, para mais detalhes a respeito das leis ver MARX, 1987.

Pode-se concluir que a situação de indigência que decorria da transição da exploração feudal para o novo tipo de exploração, a capitalista, era vista como natural. Natural do ponto de vista da legislação, que julgava o indivíduo como vadio por essência. Em alguns casos particulares isso pode ter sido verdadeiro, mas não serve pra massa de trabalhadores que não tinham a escolha de seguirem trabalhando no modo de produção que não mais existia, nem conseguiam ser absorvidos no novo modo de produção com a mesma rapidez com que surgiam na sociedade.

Os indivíduos que conseguiam ser absorvidos na produção capitalista, à medida que esta se desenvolvia, acostumaram-se a aceitar as exigências do modo de produção como se fossem leis naturais. Era mais fácil aceitar as exigências do sistema do que se submeter à condição de indigente, perseguido por uma legislação perversa. Nas palavras de Marx,

A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda a resistência, a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital, e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. (MARX, 1987: 854)

A violência como forma de obrigar os indivíduos a venderem sua força de trabalho ainda era empregada, mas de forma excepcional já que “(...) para a marcha ordinária das coisas basta deixar o trabalhador entregue às “leis naturais de produção”, isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção, e é assegurada e perpetuada por essas condições.” (MARX, 1987: 854)

No modo de produção capitalista, o Estado era necessário para estabelecer regras de salários, de acordo com a conveniência da produção de lucro, estender a jornada de trabalho e manter o trabalhador dependente do processo de produção. Segundo Marx, este é um fator

fundamental de uma acumulação primitiva anterior a capitalista, sendo essa acumulação o ponto de partida do modo capitalista de produção. (MARX, 1987)

As grandes indústrias manufatureiras e os grandes arrendamentos foram, assim, formados devido às expropriações de inúmeros pequenos produtores, liberando os trabalhadores de seus meios de subsistência e trabalho, criando um mercado interno que beneficiou os capitalistas industriais. (MARX, 1987)

Neste momento os trabalhadores já não podiam produzir para si o que necessitavam para sobreviver e se reproduzir⁷. Seus meios de produção se transformaram em elementos materiais do capital e o produto destes se transformava em mercadorias que seriam vendidas para o mercado interno que se criou.

Marx ressalta,

Assim, a expropriação dos camponeses que trabalhavam antes por conta própria e ao divórcio entre eles e seus meios de produção correspondem a ruína da indústria doméstica rural e o processo da dissociação entre a manufatura e a agricultura. E só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção. (Marx: 1987: 865)

Depois de concluída a transição do modo de produção feudal para o capitalista, fica evidente a figura do indivíduo capitalista, através da exploração do trabalho assalariado e da constante busca de acumulação de capital.

⁷ Os fios e lãs que outrora eram fiados e tecidos pela própria família, com matérias-primas muitas vezes produzidas por ela para seu consumo, viravam na indústria artigos de manufatura, tendo que ser adquiridos por essas mesmas famílias que antes produziam independentemente. (MARX, 1987)

A busca do lucro tornou-se uma das características mais perversas deste sistema. Como exemplo pode-se extrair de Marx o ocorrido entre 1769 e 1770, onde “(...) os ingleses fabricaram na Índia uma epidemia de fome, açambarcando todo o arroz e retardando depois sua venda, de modo a obter preços fabulosos”. (MARX, 1987: 871) Os capitalistas, neste caso em particular, procuravam lucrar mais com os preços que cobravam pela venda dos gêneros à população que passava fome.

O modo de produção capitalista explorou a força de trabalho humana sem distinção de cor, raça, gênero ou idade. Crianças e velhos eram empregados na manufatura, sem a mínima relevância das necessidades e limitações de cada um. Muitos ficavam esgotados pelo trabalho e perdiam a vida ou por falta de forças para prosseguirem ao trabalho, quando deixadas sem alimentação adequada, ou mesmo por crueldade através de torturas. A miséria humana trazida com o novo modo de produção têm características distintas do sistema anterior, a nova miséria tornou-se além de mais cruel, consciente.

Marx escreveu que

Com tão imenso custo, estabeleceram-se as “eternas leis naturais” do modo capitalista de produção, completou-se o processo de dissociação entre trabalhadores e suas condições de trabalho, os meios sociais de produção e de subsistência se transformaram em capital, num pólo, e, no pólo oposto, a massa da população se converteu em assalariados livres, em “pobres que trabalham”, essa obra-prima da indústria moderna. (MARX, 1987: 878)

A gênese histórica do capitalismo pode ser entendida nas palavras de Marx através da

transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula de muitos na propriedade gigantesca de poucos; a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação, constitui a pré-história do capital. (MARX, 1987: 880)

Marx enfatiza que, desintegrado o antigo modo de produção feudal, ou ainda,

Desintegrada a velha sociedade, de alto a baixo, por esse processo de transformação, convertidos os trabalhadores em proletários e suas condições de trabalho em capital, posto o modo capitalista de produção a andar com seus próprios pés, passa a desdobrar-se outra etapa em que prosseguem, sob nova forma, a socialização do trabalho, a conversão do solo e de outros meios de produção em meios de produção coletivamente empregados, em comum, e, conseqüentemente, a expropriação dos proprietários particulares. O que tem de ser expropriado agora não é mais aquele trabalhador independente e sim o capitalista que explora muitos trabalhadores. (MARX, 1987: 881)

Esta expropriação da nova etapa do sistema capitalista, ocorre justamente devido a tendência à centralização de capitais, aonde um capitalista vai eliminando o outro. Outra tendência a ser considerada é a de que, segundo Marx,

À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas, cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. (MARX, 1987: 881)

A partir de agora é possível começar a entender quais as características centrais da fome e miséria humana encontradas dentro do modo de produção capitalista, diferentemente das que integravam o modo de produção feudal.

As particularidades do sistema capitalista de produção serão extremamente relevantes para encontrar o momento em que a sociedade passa a visualizar a questão da fome e miséria não mais como elementos naturais da vida humana, mas como fatos sociais produzidos pela sociedade capitalista.

2.3 O modo capitalista de produção

Os seres humanos, como todo ser vivo, têm inúmeras necessidades a serem atendidas, alimentação, moradia, saúde, vestuário e lazer, por exemplo. Assim, após ter sido completada a transição para o modo de produção capitalista, e os trabalhadores terem sido separados dos meios de produção, estes são forçados a entrar no mercado para vender sua força de trabalho como única mercadoria de que dispõem. Constituem a classe operária.

Desta forma, ao entrarem no mercado, os trabalhadores integram uma série típica de transações identificada por $M - D - M^8$, indicando que a mercadoria força de trabalho está sendo vendida em troca de uma remuneração, que será, por sua vez, utilizada para comprar os bens necessários para subsistência e reprodução do trabalhador.

O processo de produção capitalista tem início quando os indivíduos capitalistas, possuidores de dinheiro, também integram uma série de transações, desta vez definida por $D - M - D$. Transação essa que só terá sentido no modo de produção capitalista, se a soma final de dinheiro for maior do que a soma inicial. Traduzindo, esse é o processo de adiantamento de dinheiro que o capitalista faz para comprar mercadorias, como a força de trabalho, por exemplo. O capitalista desta forma é o possuidor do capital envolvido no processo de produção. Este capital é constituído de duas partes: capital constante⁹ e capital variável¹⁰. (MARX, 1987)

A força de trabalho é adquirida por determinado tempo, mas só é remunerada após o fruto do trabalho humano empregado ter se materializado em mercadorias, cujo valor seja suficiente

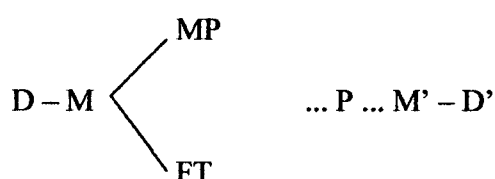
⁸ M = Mercadoria e D = Dinheiro. A expressão $M - D$ significa a venda da mercadoria força de trabalho em troca de uma remuneração em dinheiro. Já a expressão $D - M$ representa o inverso da transação, sendo o processo de compra desta mesma mercadoria.

⁹ O capital constante corresponde ao valor despendido em meios de produção, que é transferido para o produto durante o processo de produção.

¹⁰ O capital variável é utilizado para empregar trabalhadores, pagos pelo valor daquilo que vendem, sua força de trabalho.

para cobrir seus custos de produção e a mais valia¹¹ exigida pelo capitalista. Aqui, o dinheiro empregado é transformado em capital, com base no processo pelo qual a força de trabalho se transforma em mercadoria, o que faz com que essa série de transações deva ser representada como $D - M - D'$, onde $D' = D + \Delta D$, sendo ΔD a mais valia.

Para melhorar a compreensão do processo de produção capitalista, pode-se procurar desenvolver melhor a fórmula geral do capital:



Onde FT é a força de trabalho, MP são os meios de produção e P é o processo de produção que transforma as mercadorias M em mercadorias de maior valor M', e onde D e D' são respectivamente dinheiro e mais dinheiro. (MARX, 1987)

A mais valia almejada vêm a ser a diferença entre o valor da força de trabalho empregada no processo produtivo e o valor gerado por essa mesma força de trabalho em ação. A jornada de trabalho no modo capitalista de produção, pode ser dividida entre trabalho necessário¹² e trabalho excedente¹³. Essa diferença produzida pelo trabalhador, resultado de um trabalho excedente não-pago, é apropriado pelo capitalista. Desta forma, ocorre uma exploração da força de trabalho dentro da chamada esfera de produção. (MARX, 1987)

¹¹ A extração da mais valia é a forma específica que assume a exploração do trabalho humano sob o capitalismo. Essa exploração resulta do fato de que a classe trabalhadora produz um produto que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. (MARX, 1987)

¹² Com o tempo que o trabalhador dedica é capaz de produzir um equivalente do que recebe como salário. (MARX, 1987)

¹³ No tempo dedicado a esse trabalho o trabalhador está produzindo somente para o capitalista. (MARX, 1987)

O objetivo principal dos capitalistas é o de aumentar a taxa de mais valia, isto pode ocorrer primeiramente através de um aumento do valor total produzido por cada trabalhador ampliando intensiva ou extensivamente a jornada de trabalho, sem que se verifique um aumento do montante do trabalho necessário. No entanto, como a classe operária é composta por seres humanos, esta atinge limites físicos em que sua saúde deteriora-se devido às horas excessivamente longas ou mesmo à intensificação da jornada com salários insuficientes. conseqüentemente, a classe trabalhadora oferece resistência a este aumento da taxa de mais valia, também chamada por Marx de mais valia absoluta. (MARX, 1987)

A segunda tentativa de alcançar os objetivos do capitalista é através do que Marx denominou de extração da mais valia relativa, sem alterar a jornada de trabalho e reduzindo o tempo de trabalho necessário. Isso é possível no modo de produção capitalista através de transformações nos métodos de produção e introdução de inovações tecnológicas nos setores produtores de bens de consumo dos trabalhadores.

Assim, através da mudança técnica, o tempo de trabalho necessário de determinados bens pode ser reduzido, aumentando a produtividade através do incremento de novos métodos, nos quais o trabalho humano é substituído pelas máquinas. Nas palavras de Marx, “(...) o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios de realizá-la em seu proveito”. (MARX, 1987: 664)

Desta forma, o capitalista acaba sempre reproduzindo a condição do trabalhador como dependente assalariado, e essa reprodução é condição necessária para a produção capitalista.

O indivíduo desprovido dos meios de produção, na condição de trabalhador assalariado, emprega o dinheiro recebido pela venda de sua força de trabalho em meios de subsistência. No resultado desse consumo individual do trabalhador é que consiste a existência do capitalista. Através da venda das mercadorias produzidas no modo de produção capitalista é que pode ser

realizado o valor destas em dinheiro. Esse dinheiro recebido pela venda constitui capital em potencial, e é condição primeira da acumulação capitalista converter a maior parte desse em capital. Para que isso ocorra segundo Marx,

O capital que fornece em troca da força de trabalho se converte em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital. É produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. (MARX, 1987: 666)

Explorando melhor a questão da importância do trabalhador para a perpetuação dos objetivos do sistema capitalista, Marx afirma que

A conservação, a reprodução da classe trabalhadora constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital. O capitalista pode tranquilamente deixar o preenchimento dessa condição por conta dos instintos de conservação e perpetuação dos trabalhadores.. Sua verdadeira preocupação é restringir ao estritamente necessário o consumo individual dos trabalhadores (...). (MARX, 1987: 666)

Considerando que o modo como os homens se relacionam socialmente no processo produtivo determina o tipo de sociedade que existirá, e ainda, que a base dessa sociedade é a produção econômica, todas as idéias econômicas, sociais, políticas e morais se explicam pelo tipo de sociedade que as produziu.

Para compreender como surgem e o que significam as idéias produzidas numa sociedade é necessário conhecer que tipo de sociedade é esta, qual sua base econômica e quais as necessidades das classes sociais que a compõe em dado processo histórico.

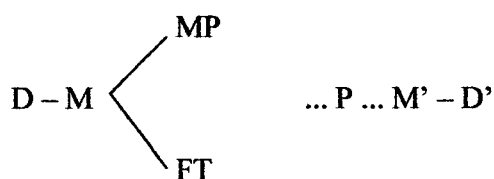
Conhecida a base econômica da sociedade e seu funcionamento, no presente estudo o modo capitalista de produção, será, a partir de agora explorada a lei geral da acumulação

capitalista, com o intuito de conhecer melhor as necessidades de suas classes sociais. Conhecendo melhor essas necessidades, pode-se entender o surgimento e significado das idéias econômicas, políticas e morais produzidas por essa sociedade.

2.4 A lei geral da acumulação capitalista

2.4.1 As classes sociais e suas necessidades

Como demonstrado anteriormente, a fórmula geral do capital que compreende a expressão



só fará sentido se o montante de dinheiro obtido no final do processo produtivo, com a venda das mercadorias, for superior ao empregado no início. A classe capitalista ao converter seu dinheiro em capital, o faz com o intuito de acumular soma cada vez maior, o processo de produção ocorre novamente reproduzindo o capital em escala ampliada, já que o mesmo retorna ao processo acrescido de valor.

A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista, capitalista de um lado e assalariado de outro; do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduz a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num pólo, e mais assalariados no outro. A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com as mudanças dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é portanto aumentar o proletariado. (MARX, 1987: 714)

As classes sociais no modo capitalista de produção são historicamente divididas em capitalistas e proletariado. Como primeira e principal necessidade da classe capitalista, encontra-

se disponibilidade de força de trabalho humana, oferecida pela massa da população que constituem o proletariado.

A classe dominante composta pelos detentores dos meios de produção, para suprir sua necessidade de acumulação de capital, necessita incorporar trabalhadores assalariados como meio de expandir seu capital. Os proletários, por sua vez, necessitam vender sua mercadoria força de trabalho, como único meio de garantir sua subsistência. Portanto, a necessidade de uma classe supre a de outra.

Esta afirmação pareceria simples, uma vez que ao sanar as necessidades da classe capitalista, a classe proletária estaria automaticamente provendo suas próprias necessidades. A questão começa a se tornar complexa à medida que o interesse dos capitalistas em manter sua posição de classe dominante fica mais evidente. Para isso, ao comprar a mercadoria força de trabalho, o capitalista oferece como remuneração somente o necessário para garantir ao trabalhador uma subsistência mínima. Sem a possibilidade de economizar, estará assegurada ao trabalhador sua dependência do capital, sua posição de classe não será alterada e o capitalista estará seguro para extrair mais trabalho do que ele paga.

Conhecendo as necessidades da classe capitalista, Marx escreve que

O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional. (MARX, 1987: 719)

A lei geral da produção capitalista consiste na relação existente entre o trabalho excedente que se transforma em capital para o capitalista e o acréscimo de trabalho que é necessário para

por em movimento esse capital acrescido, desde que não seja comprometidas a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução ampliada. (MARX, 1987)

Portanto, para as necessidades da classe capitalista serem satisfeitas, a existência de uma classe proletária é indispensável. Marx já demonstrou em sua obra que “(...) tem de ser assim num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.” (MARX, 1987: 722)

Os objetivos da classe capitalista encontram amparo devido à existência de uma lei geral de acumulação, conforme verificada anteriormente, que garante a possibilidade de exploração do trabalhador através do trabalho não-pago capaz de expandir o capital. Assim, “(...) dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação”. (MARX, 1987: 723)

O desenvolvimento da produtividade é adquirido na produção capitalista, principalmente através de inovações nos processos de produção e nas tecnologias utilizadas. Isso seria suficiente para reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir certa quantidade de mercadorias, o incremento de capital adquirido com a venda dos produtos seria revertido em máquinas mais eficientes, fazendo com que a parte variável do capital se tornasse cada vez menor em relação à constante.

Com a crescente acumulação capitalista, os indivíduos dessa classe começam a competir entre si, surgindo a expropriação do capitalista pelo capitalista. Este buscando acumular cada vez mais, engolindo os capitais pequenos para concentrar a maior parte da riqueza em algumas poucas mãos capazes de reproduzir o capital de forma mais eficiente. Por exemplo,

O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, se tivesse de esperar que a acumulação capacitasse alguns capitais isolados para a construção de uma ferrovia. A centralização entretanto, por meio da organização de sociedades anônimas, cria num instante as condições para uma tarefa dessa ordem. Aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital¹⁴, as quais aumentam a parte constante às custas da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho. (Marx: 1987: 729)

O capital adicional que é gerado no decorrer da acumulação atrai, segundo Marx, “(...) relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava.” (MARX, 1987: 730)

Com aceleração da redução da parte variável do capital, vários trabalhadores são impossibilitados de vender sua mercadora força de trabalho. Desta forma, “(...) a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.” (MARX, 1987: 731)

Portanto, ao suprir as necessidades da classe dominante capitalista, produzindo acúmulo de capital, a classe trabalhadora acaba produzindo os meios que fazem dela uma população excedente e supérflua.

Essa população excedente é um produto e uma alavanca inevitável do processo de acumulação de capital, chega a ser até mesmo uma das condições de existência do modo capitalista de produção. Constituem o chamado Exército Industrial de Reserva, pronto para ser explorado e proporcionar a força de trabalho humana necessária à expansão do capital. Quando o capitalista precisa adquirir material humano para sua produção, encontra prontamente e em

¹⁴ O capital pode ser composto do ponto de vista da matéria quando é determinado pela relação entre a quantidade dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessário para eles serem empregados. Isto constitui a composição técnica do capital. (MARX, 1987)

abundância, quando não se torna mais útil, esse material é novamente lançado para fora da esfera de produção. (MARX, 1987)

A camada da população que se encontra empregada, conseguindo vender sua força de trabalho em troca de um salário, é compelida a aceitar os termos impostos pelo capitalista, consciente da existência de um exército de pessoas desempregadas aceitam a exploração de seu trabalho intensiva ou extensivamente. Isso se evidencia nas palavras de Marx, onde

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, orna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas (...). (Marx, 1987: 738)

Passando agora a um melhor e mais profundo conhecimento das necessidades da classe trabalhadora, o proletariado, poder-se-á ao final deste capítulo, conhecer as causas da fome e da miséria humana inerentes ao modo capitalista de produção.

Ao vender sua força de trabalho, altamente explorada pelo comprador capitalista, o trabalhador como ser humano limitado fisicamente, adquire um desgaste físico e mental extremamente destrutivo. Regularmente com idade mediana o proletário é impulsionado a integrar às fileiras da população excedente supérflua.

Aos trabalhadores do campo, quando a produção capitalista se apoderou da agricultura, os indivíduos foram sendo substituídos pelo capital. A expansão do capital era revertido em novas técnicas e tecnologias de produção, utilizando equipamentos cada vez mais eficientes e menos necessitados de trabalho humano presente¹⁵ para comandar seu funcionamento. O trabalhador rural acabou sendo forçado a sair do campo e ir até as cidades integrar o montante do proletariado

¹⁵ Pois ele constitui trabalho humano passado.

urbano. Os que ficaram na agricultura foram rebaixados a um nível de remuneração que beirava à pobreza. (MARX, 1987)

Com todas as circunstâncias do modo de produção favorecendo a classe dominante capitalista, a classe trabalhadora não estancou seu crescimento. Marx diz que “(...) a quantidade de nascimentos e óbitos e o tamanho absoluto das famílias está na razão inversa do nível de salário e, portanto, da quantidade de meios de subsistência de que dispõem as diversas categorias de trabalhadores.” (MARX, 1987: 746)

Quando se utiliza o termo ‘Exército Industrial de Reserva’, fica implícito as condições em que essa massa de seres humanos é obrigada a viver. Vegetando entre a pobreza e a indigência, esses indivíduos se encontravam dominados pela ideologia da classe dominante. Ou seja, as idéias que os trabalhadores possuíam do mundo e da sociedade eram as mesmas idéias que a classe capitalista espalhava. Ingenuamente os trabalhadores concordavam, acreditando que o capitalismo é eterno, benéfico para todos, e que a passividade é a coisa mais sensata, já que sua condição como classe é natural e de certa forma imutável.

Para o capitalismo, a produção da pobreza da classe trabalhadora constitui “(...) condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para classe média inferior”. (MARX, 1987: 747)

Como o objetivo deste tópico era conhecer a sociedade capitalista, juntamente com as necessidades de suas classes, descobre-se o caráter antagônico deste modo de produção, compreendendo que a “(...) acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.” (MARX, 1987: 749)

A fome e miséria humana que assolam a classe trabalhadora é, segundo a classe capitalista, condição necessária para que os trabalhadores se sintam incentivados a ocuparem os ofícios mais servís, sórdidos e repugnantes, fazendo com que a classe dominante possa usufruir de sua posição.

Estando presente em todos os períodos históricos, a fome e a miséria humana eram heranças naturais aos seres humanos nascidos fora da classe dominante. Resignados a sofrerem de doenças oriundas da subnutrição e da falta de condições sanitárias, com vestuário e habitação tão escassos quanto os alimentos, esses indivíduos são obrigados a se amontoarem em espaços cada vez menores e mais miseráveis. Convivendo em ambientes onde a fiscalização sanitária não é eficaz, ficam expostos a muitas imundícies com deficiência de esgotos e de água de boa qualidade.

Esses amontoados de seres humanos famintos e miseráveis dividem o mesmo espaço geográfico com a classe dominante, apesar de esta encontrar-se protegida pelo capital, não está protegida contra as doenças contagiosas surgidas em meio à pobreza e as consequências dessa pobreza sobre a sociedade como um todo.

A lei de assistência aos pobres que procurava disfarçar o impacto do modo capitalista de produção sobre a vida dos seres humanos, era a mesma, por exemplo, em 1795 e 1814, e revelava como a remuneração dos trabalhadores se situava abaixo do mínimo necessário para subsistência. Para o trabalhador do campo, por exemplo, “(...) a paróquia completava, a título de esmola, o salário nominal, de modo que a soma recebida pelo trabalhador fosse suficiente para que ele apenas pudesse vegetar”. (MARX, 1987: 784)

As consequências da lei geral da acumulação capitalista, encarada como lei natural pela classe dominante, na medida em que se desenvolveu a acumulação do capital, começa no século XIX e XX a atingir os limites do suportável. A luta de classes foi imprescindível para que os

trabalhadores pudessem conhecer o funcionamento da sociedade, tomando assim, consciência de sua situação e de sua dignidade como ser humano.

A racionalidade do capitalismo, com sua produção voltada para o lucro de uns poucos e as guerras provocadas pelos interesses das classes dominantes, fez com que a maioria da população, que não fazem parte da classe dominante, desenvolvesse suas próprias idéias sobre política, moral e até mesmo economia. Isto se reflete nas crescentes reuniões entre órgãos do mundo inteiro para discussão sobre a situação e os interesses dos indivíduos excluídos da sociedade do consumo, uma população supérflua para o sistema capitalista.

Conscientes de que a situação de fome e miséria humana presentes na sociedade não fazem parte de uma lei natural e imutável, mas sim, de uma lei que rege a acumulação capitalista, mais e mais indivíduos estão se organizando em atividades políticas racionais e organizadas.

Concluída a análise de como funciona o modo de produção que sucedeu o feudalismo, conhecidas as necessidades das classes que constituem a sociedade capitalista e esclarecidas as causas da fome e miséria humana inerentes a esse sistema, começarão a ser expostos os motivos do porquê combatê-las.

No próximo capítulo será discutida a questão da miséria no atual estágio do modo capitalista de produção, bem como a substituição das antigas convicções sociais, impostas pela ideologia da classe capitalista dominante.

CAPÍTULO III

CAPÍTULO III

3. FOME E MISÉRIA HUMANA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

“O trabalhador só deve ter o suficiente para querer viver e só deve querer viver para ter.”

(MARX, 1988: 18)

O capítulo anterior serviu de porta de entrada para o esclarecimento das causas da fome e miséria humana, inseridas no processo histórico baseado no modo capitalista de produção. A lei geral da acumulação capitalista expõe de forma nítida os objetivos e necessidades da classe capitalista, cujos resultados são alcançados às custas dos desmazêlos da classe trabalhadora.

A fartura e riqueza da classe capitalista convivendo sem trégua com a fome e miséria constitui uma gravíssima contradição da sociedade capitalista. Segundo Adam Smith, essa desigualdade deve ser vista como um incentivo ao trabalho e ao enriquecimento¹⁶, sendo uma condição fundamental para que as pessoas se mexam e tentem atingir níveis melhores de vida. Esta análise, apesar de ser feita à luz da ética, indica o não intervencionismo para resolver os problemas de equidade e justiça social. Nesse caso ele aponta como caminho o ‘Progresso Econômico’ das nações, principalmente as consideradas subdesenvolvidas. (SMITH, 1983)

A classe dominante capitalista tentou durante muito tempo convencer a sociedade de que os famintos e miseráveis do mundo se concentravam nos países subdesenvolvidos, carentes de capital. A economia destes países era considerada subdesenvolvida porque não era plenamente capitalista.

¹⁶ Seguindo uma lógica de que os pobres querem ficar ricos e atingir o nível das classes ricas e beneficiadas.

Mas, historicamente, quanto mais essas economias se globalizaram, quanto mais capital produziram, mais subdesenvolvidas ficaram. O capital produzido nestas economias sofriam a tendência de escoarem para fora do país e se concentrarem nas economias desenvolvidas¹⁷. (MENDONÇA, 2002)

O fenômeno da fome durante muito tempo esteve ausente das discussões internacionais e das literaturas sobre mundo e sociedade. Como uma espécie de tabu, esse assunto era evitado e sua real extensão era desconhecida. Para entender melhor esse fenômeno é necessário conhecer a definição que se atribui à palavra fome.

Segundo Abramovay, a fome constitui um fenômeno de caráter biológico com resultados diretos sobre o organismo humano. Quando se discute sobre a fome da classe trabalhadora e a da classe capitalista, conclui-se que esta palavra pode conter dois significados. O primeiro seria a fome como sinônimo de apetite, vontade de comer, como uma sensação instintiva que fornece ao ser humano o impulso de se alimentar. O segundo seria a fome significando subalimentação, onde não se trata do instinto de comer, mas do fato de que esse instinto não foi satisfeito, o indivíduo esteve impossibilitado de ingerir alimentos. (ABRAMOVAY, 1983)

Sendo a fome definida como um instinto, durante muito tempo, fatores de ordem moral conspiraram para que o assunto não fosse abordado publicamente. Com uma cultura ocidental predominantemente racionalista, que sempre buscava o predomínio da razão sobre os instintos no comportamento humano, consideravam a razão como fenômeno social e o instinto como fenômeno animal. Durante muito tempo os instintos humanos foram tratados como forças desprezíveis, isentos de poder criador. (CASTRO, 1968)

Mas, conforme desenvolvido no segundo capítulo desta pesquisa, haviam outras razões, além da moral, que faziam da fome e miséria humana uma espécie de tabu. As raízes

¹⁷ Tendência de centralização do capital nas mãos de poucos capitalistas. Neste caso, de poucos países capitalistas desenvolvidos.

dessas razões estavam plantadas dentro da lei geral que rege a acumulação capitalista. Consta portanto, que aos países desenvolvidos e

(...) ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade. (CASTRO, 1968: 49)

A crescente preocupação da classe capitalista em esconder do mundo os efeitos de seu modo de produção sobre a classe operária, incentivados pela busca da realização de acumulação de capital, segundo Josué de Castro, identificam que

Foram fatores de natureza econômica especial que esconderam aos olhos do mundo feias tragédias como a da China, onde, durante o século XIX, cerca de 100 milhões de indivíduos morreram de fome, por falta de um punhado de arroz, ou como a da Índia, na qual 20 milhões de vidas humanas foram destruídas por esse mesmo flagelo (...). (CASTRO, 1968: 49)

Mas, a partir do ano de 1945, o mundo começou a passar por um processo de substituição de convicções sociais, onde os valores anteriores espalhados pela classe capitalista já não faziam mais sentido. A sociedade passou de uma era social para outra diferente.

3.1 Substituição das antigas convicções sociais

Para melhor caracterizar a passagem de uma era para outra, Josué de Castro define a passada como sendo a era do homem econômico, e a nova como sendo a era do homem social, com os interesses dos indivíduos sendo redefinidos. Até a Primeira Guerra Mundial afirma, a civilização capitalista esteve exclusivamente preocupada com os assuntos sobre exploração econômica e acumulação de riquezas, esquecendo do indivíduo como ser humano, com seus problemas e sofrimentos. Sua argumentação vai além quando declara que no

(...) mundo do após guerra, o que vemos por toda a parte – tanto no setor ocidental, capitalista, como no oriental, socialista – é uma focalização intensiva do homem biológico como entidade social concreta, uma espécie de prioridade dos problemas humanos sobre os problemas econômicos puros. Não quer isso dizer que, nesta nova *era do homem social*, a economia seja relegada a um plano secundário; é que esta é agora orientada como um fator para obtenção do bem-estar humano. (CASTRO, 1968: 52)

Josué de Castro enfatiza que, nesta nova era, criou-se uma necessidade de colocar o capital a serviço do homem e não mais fazer do indivíduo escravo do capital. A produção seria dirigida “(..) de forma a satisfazer as necessidades fundamentais dos grupos humanos e não deixar que o homem continue a matar-se estupidamente para satisfazer a insaciável ganância de lucro da empresa de produção.” (CASTRO, 1968: 53)

Após o tabu do assunto fome ter sido violado, a partir do ano de 1928, a antiga Liga das Nações começaram a promover inquéritos em vários países sobre o assunto e publicaram alguns resultados alarmantes¹⁸.

Assim, para demonstrar a mudança de atitude diante do problema da fome, em 1943 foi organizada a Conferência de Alimentação de Hot Springs, a primeira reunida pelas Nações Unidas para tratar dessas questões e visar a reconstrução do mundo de após-guerra. Nessa Conferência se reuniram representantes de quarenta e quatro países expondo as reais condições de alimentação de seus povos e planejando medidas conjuntas para minorar a quantidade de populações subnutridas e famintas. (CASTRO, 1968)

Para que as medidas planejadas pudessem atingir seus objetivos, seria necessário intensificar cada vez mais os estudos sobre as condições de alimentação do mundo. Portanto, em 1945 foi fundada a FAO (Food and Agriculture Organization)¹⁹.

¹⁸ “Das primeiras pesquisas realizadas com método e rigor científico, nas mais variadas regiões da Terra, ficou demonstrado o fato alarmante de que mais de dois terços da humanidade vivem em um estado permanente de fome. Esta impressionante constatação, aliada à evidência de que atravessamos uma hora decisiva, na qual só reconhecendo os grandes erros da nossa civilização poderemos encontrar o verdadeiro caminho da sobrevivência, levou a consciência universal a mudar radicalmente sua atitude diante do problema (...)”. (CASTRO, 1968: 54)

¹⁹ Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), é um departamento da ONU, fundado no Quebec, Canadá, que desde 1951 tem sua sede em Roma.

A FAO foi criada com o compromisso de elevar os níveis nutricionais e de vida da população, aumentar a produtividade agrícola e melhorar as condições de vida da população rural. Assim, seu principal objetivo é trabalhar para aliviar a pobreza e a fome, promovendo o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição e a busca da segurança alimentar²⁰ para todos, ou seja, o acesso a todas as pessoas, em todo momento, aos alimentos que necessitam para levar uma vida ativa e saudável. (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 1996)

A definição de segurança alimentar sustentada pela FAO envolve três fatores: disponibilidade, estabilidade e acesso. A disponibilidade é verificada segundo a FAO, porque em média a oferta de alimentos é suficiente para atender as necessidades de consumo dos indivíduos de toda sociedade. A estabilidade se refere a probabilidade, considerada mínima, de a oferta de alimentos variar ocasionando uma redução do consumo. E por fim, o acesso está relacionado à capacidade de comprar ou produzir alimentos de acordo com os recursos de que o indivíduo dispõe. (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 1996)

Segundo alguns especialistas, a lei geral que rege a acumulação e a produção de riqueza no modo de produção capitalista, transformando o homem em escravo do capital e subordinando países à uma desigualdade imperativa, não existe e não constitui a causa da fome no mundo. Prova disso ocorreu no ano de 1998, quando o economista indiano Amartya Sen²¹, especialista em economia da pobreza, afirmou em seu estudo que a fome que existe no mundo não é porque a produção capitalista é incapaz de produzir alimentos suficientes para a população. O motivo proposto é o de que os famintos não conseguem ter acesso aos alimentos. (SEN, 1998)

A explicação proposta por Amartya Sen, faz propaganda de que não existe problema com a produção de capital, mas apenas com a má distribuição da riqueza produzida. Acontece

²⁰ A FAO define segurança alimentar como a situação em que todas as famílias têm acesso físico e econômico à alimentação adequada para todos os seus membros, sem correr o risco de desabastecimento. (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 2000)

²¹ Prêmio Nobel em 1998.

que, a partir do momento em que uma parte da sociedade começou a ter consciência dos fundamentos da acumulação capitalista, ficou evidente que a distribuição da riqueza não poderia se dar de forma diferente do ocorrido, pois do contrário, não iria corresponder aos interesses do *homem econômico*. Quando a sociedade passou para a era do *homem social*, essas mazelas que assombraram por séculos a vida de grande parte população, trabalhadora ativa e não ativa, passaram a ser chamadas de doenças sociais e não mais de leis naturais.

Para efeito estatístico, estudiosos estabeleceram duas grandes linhas: a linha de pobreza, abaixo da qual estão as pessoas cuja renda não é suficiente para cobrir os custos mínimos de manutenção da vida humana, tais como alimentação, moradia, transporte e vestuário. A outra linha é a da miséria, que determina quem não consegue ganhar o bastante para garantir aquela que é a mais básica das necessidades, a alimentação. Determinar a faixa de miseráveis pelo consumo de calorias é um critério internacionalmente aceito. (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 2000)

Conforme esta pesquisa têm demonstrado, a fome para ser satisfeita na sociedade capitalista, necessita de atividades econômicas, desde a produção, a distribuição e até a aquisição. Os indivíduos que sofrem com a baixa e até mesmo a falta de remuneração, quando exercem alguma atividade econômica, ficam à mercê da alimentação insuficiente e em algumas ocasiões inexistentes.

A fome e a miséria humana tornaram-se um problema de grande abrangência no mundo. De acordo com relatórios da ONU, quase 800 milhões de pessoas sofrem por desnutrição crônica e nem sequer podem obter alimentos suficientes para satisfazerem suas necessidades energéticas mínimas. Aproximadamente 200 milhões de crianças menores de cinco anos sofrem sintomas de desnutrição aguda ou crônica, cifra que aumenta ou diminui em épocas de epidemia de fome e conflitos sociais. A desnutrição é considerada como o fator

mais importante entre os que determinam a morte de cerca de 13 milhões de crianças com menos de cinco anos por doenças ou infecções evitáveis. (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 2000)

Segundo dados apresentados pela FAO, a maior parte das pessoas subnutridas vivem na Ásia e na área do Pacífico. Esta região, onde residem 70% dos habitantes dos países em desenvolvimento, reúne quase dois terços (526 milhões) da população subnutrida. Somente na Índia vivem 204 milhões de pessoas subnutridas, e na sub-região da Ásia Meridional se concentram mais de um terço (284 milhões) do total mundial. Outros 30% (240 milhões) vivem no leste e sudoeste da Ásia, onde mais de 164 milhões entre os 1,2 bilhões de habitantes da China sofrem de subnutrição. Quase a quarta parte das pessoas subnutridas vive na África sub-sahariana, que é também a que registra a proporção mais alta da população subnutrida. A situação é especialmente grave na África Central, Oriental e Meridional, onde 44% da população total encontra-se subnutrida. Na América Latina e Caribe encontram-se 53,6 milhões de desnutridos, representando 11% da população da região. (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 2000)

Analisando os números fornecidos pelos relatórios de estudo da situação de fome e miséria humana no mundo, alguns grupos de cientistas políticos, econômicos ou mesmo cidadãos comuns da sociedade, sustentam o argumento de que a causa das mazelas humanas são decorrentes da explosão demográfica, que reproduz em escala ampliada o número de indivíduos miseráveis em um planeta incapaz de sustentar tamanha população..

3.2 O mito da explosão demográfica

A questão que preocupa alguns grupos de pensadores, tem suas raízes na concepção do economista Thomas Robert Malthus, que viveu na Inglaterra na primeira metade do século XIX. Identificados como neomalthusianos, acreditam que, tendo a Terra um espaço físico

limitado, a população mundial aumentará mais depressa do que a capacidade de se produzir alimentos para manter essa população.

Malthus tentou traduzir o problema numa fórmula matemática que provaria a iminência de uma catástrofe demográfica. Na sua concepção, enquanto a produção agrícola desenvolve-se em progressão aritmética²² a população se reproduz em progressão geométrica²³, fazendo com que a produção seja insuficiente para sustentar todos os indivíduos. O resultado seria uma epidemia generalizada de fome, que só poderia ser contida com a redução do crescimento populacional. (MALTHUS, 1986)

Para Malthus, as guerras e as crises, nas quais milhares de pessoas morriam, tinham o efeito positivo de reduzir a base de desenvolvimento populacional, constituindo um mal necessário à própria preservação da espécie humana. Assim, o controle demográfico é pregado pelos neomalthusianos como sendo uma das condições básicas para a solução do grande problema social em que consiste a fome e a miséria humana. (MALTHUS, 1986)

Historicamente já é conhecido o fato de que a quantidade filhos que uma família gera é inversamente proporcional ao grau de educação escolar dos pais. Portanto, na teoria neomalthusiana, uma vez que os recursos existentes na Terra são limitados e os pobres continuam sua procriação, são eles os responsáveis pelo ritmo do crescimento populacional, consequentemente responsáveis pela fome que se abate sobre eles próprios. Assim, o fenômeno da fome é considerado pelos neomalthusianos como um produto da superpopulação mundial. (CASTRO, 1968)

Mas, uma consideração necessária a se fazer sobre a teoria neomalthusiana é a de que o crescimento populacional é visto como uma variável independente, isolada dentro do quadro das realidades sociais, quando, na verdade, esse crescimento está diretamente ligado a fatores

²² Passando de dois a quatro, de quatro a seis, de seis a oito e assim por diante.

²³ Passando de dois a quatro, de quatro a oito, de oito a dezesseis e assim por diante.

de ordem política e econômica, como por exemplo o grau de educação escolar, ou até mesmo a renda da família.

Nos primeiros anos da publicação das teorias de Malthus, o crescimento das populações pareciam confirmar suas previsões, mas, antes do fim do século XIX, esse crescimento já havia diminuído, surgindo até mesmo o perigo da subpopulação em alguns países. Nos tempos atuais, a teoria neomalthusiana não deve causar nem mesmo muito alarme, já que uma grande parte da sociedade capitalista, em parcerias com ONGs e o aparato estatal, têm se dedicado ao estudo e à implantação de medidas de combate a pobreza, incluindo educação da população. Portanto, são essas medidas que irão definir o aumento ou decréscimo da densidade demográfica mundial. (CASTRO, 1968)

Quanto a questão levantada dos limites físicos do planeta, Josué de Castro demonstra ser mais uma idéia alarmista, sem fundamento nos fatos reais, já que, “(...) dos 50% dos solos do planeta passíveis de cultivo, apenas 10% produzem atualmente, restando ainda 40% para serem utilizados na luta contra a fome”. (CASTRO, 1968: 63)

O comitê de estudos e pesquisas da FAO, ao redigir um relatório de inquérito mundial de alimentos em 1946, enfatizou que a produção por hectare na maior parte do mundo poderá ser aumentada com o uso de métodos agrícolas racionais. (CASTRO, 1968)

As idéias alarmistas dos neomalthusianos já não conseguem explicar as doenças sociais à que a população mundial está submetida. A explicação verídica continua intrínseca na lei que rege o modo capitalista de produção.

Abramovay descreve em seu estudo um fato grotesco ocorrido em Calcutá, no ano de 1877, que ilustra perfeitamente a irracionalidade do capitalismo e o furo da argumentação neomalthusiana:

(...) uma intensa atividade domina o porto em que enormes navios de carga recebem toneladas de cereais destinados à exportação. A cena é assistida por uma numerosa massa humana que, da mesma forma que em outros pontos do país, suplica por um pedaço de pão. Infelizmente esses cereais já estão vendidos e os pedidos dos famintos não podem ser satisfeitos. No final do

ano a fome deixa um saldo de quatro milhões de mortos. (ABRAMOVAY, 1983: 52)

Para os indivíduos que ainda julgam o fenômeno da fome como característica de países subdesenvolvidos, Abramovay oferece outro fato histórico, não menos grotesco que o ocorrido em Calcutá. Aconteceu no ano de 1976, quando cerca de vinte e cinco milhões de toneladas de cereais saíram dos portos norte-americanos em direção à União Soviética. No mesmo ano teve início “(...) um recenseamento cujo resultado mostra que 12% da população dos EUA, num total de 26 milhões de pessoas, vivem em “estado de pobreza”, sendo que, destes, muitos sofrem carências alimentares graves.” (ABRAMOVAY, 1983: 52)

Estes relatos servem para demonstrar que, pela existência de alimentos exportáveis, milhões de pessoas não passariam pelo flagelo da fome caso tivessem recursos financeiros para adquirir os alimentos. Portanto, a visão neomalthusiana da disparidade entre a produção e o tamanho da população, fica aqui sem fundamento com a realidade verificada, pois, se fosse dividida o total da produção mundial de alimentos pelo total da população, o resultado seria um mundo sem fome.

Apesar do tamanho da população e da produção serem extremamente importantes para o estudo da fome, por si só não são suficientes para explicá-la. O Quarto Inquérito Mundial sobre Agricultura e Alimentação, promovido pela FAO em 1974, concluiu que mundialmente, a quantidade de alimentos disponíveis é suficiente para proporcionar a todo mundo uma dieta adequada. (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 2000)

O que caracteriza o mundo capitalista atual, do ponto de vista agrícola portanto, não é sua incapacidade de produzir alimentos suficientes, já que, entre o alimento e a satisfação da fome interpõe-se o elemento decisivo do sistema, o dinheiro. Mesmo os pequenos produtores rurais, que ainda conseguem produzir grande parte do alimento que consomem, dependem

não diretamente do dinheiro, mas da estrutura de distribuição da propriedade fundiária do país. (ABRAMOVAY, 1983)

Portanto, não se pode responsabilizar os pobres pela fome, pois como foi demonstrado, a miséria humana não decorre da superpopulação. Embora os recursos existam, são distribuídos de forma que só a classe capitalista dominante seja favorecida.

No próximo capítulo deste estudo serão expostos as conseqüências biomédicas da fome e da miséria no organismo do indivíduo humano. A exposição será feita com o intuito de transformar as conseqüências da fome em motivos para seu combate.

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV

4. AS CONSEQUÊNCIAS DA FOME E DA MISÉRIA SOBRE A ESPÉCIE HUMANA

Conforme analisado no terceiro capítulo deste ensaio, não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome e miséria, e sim, fatores de ordem cultural e econômico, resultado da lei que rege o modo de produção vigente. É possível assim, apresentar várias respostas quando se questiona o porquê de se combater a fome e a miséria humana.

Neste capítulo será desenvolvido o argumento de que, com o alto grau de integração entre as partes do mundo, torna-se impossível deixar uma região sofrendo e morrendo de fome, sem que o mundo inteiro venha a sofrer as consequências desse fenômeno global. Para isso, serão expostas algumas consequências desta sobre a espécie humana como um todo.

4.1 Os matizes da fome

O flagelo em si, pode apresentar-se de formas variadas, podendo ser mais visível no caso da chamada fome total, onde a completa inanição transforma as vítimas em espectros vivos, ou mais discreta, no caso da fome oculta ou específica, quase sem sinal aparente mas muito mais grave, embora sem o poder de despertar muita compaixão pela sociedade. (CASTRO, 1968)

O ato de comer representa muito mais do que encher a barriga. Representa um instinto de sobrevivência da raça humana, onde o organismo clama por alimento. Mas não é qualquer alimento que consegue satisfazer esse instinto de sobrevivência. Para definir qual seria uma boa ou má alimentação, é necessário definir quais são as necessidades nutricionais do ser humano, independente dos alimentos que cada povo consome, de acordo com a diversidade de sua cultura.

Bem como quais são os alimentos capazes de satisfazer essas necessidades e em que quantidades deveriam ser consumidos.

Uma das condições para uma boa alimentação é de ordem quantitativa, sendo impossível alimentar-se bem comendo pouco. Para definir uma quantidade ideal é usado o critério de que a energia consumida sob a forma de alimentos seja ao menos equivalente à energia gasta no trabalho do organismo. Para o caso de crianças, grávidas e mães em amamentação, o consumo deve ser maior que o gasto, para formar assim, uma reserva para o crescimento do organismo, formação do leite ou feto. (CASTRO, 1968)

Pelo fato da diversidade dos alimentos e nem todos ter o mesmo poder energético, a medicina os reduz a uma medida comum equivalente a sua capacidade de produção energética, chama-se a caloria. (FOME..., 1999)

O ser humano possui a capacidade de gastar mais energia do que consome, comer menos do que deveria e continuar trabalhando no mesmo ritmo. Os efeitos causados por essa desproporção do que se gasta e do que se ingere é conhecido como emagrecimento. Mas quando essa desproporção ultrapassa um longo tempo, surge no organismo o chamado estado de desnutrição. (FOME..., 1999)

Além de fornecer energia, a alimentação deve cumprir a função de oferecer ao organismo as matérias-primas sobre os quais ele vai apoiar o trabalho de restauração de suas estruturas básicas. Para o perfeito funcionamento do organismo humano ele depende de proteínas, vitaminas e minerais que são encontradas na alimentação e podem determinar as carências alimentares. Algumas não são visíveis mas ainda assim perturbam a saúde, outras se exteriorizam como doenças de carência. Estas ocorrem quando qualquer das substâncias estão ausentes dos alimentos ingeridos, ou estão em quantidades inadequadas. É a fome oculta ou específica, forma

típica da fome de fabricação humana. Portanto, mesmo havendo adequação calórica no organismo ele pode estar subalimentado e exposto a doenças graves. (CASTRO, 1968)

Se uma parcela da sociedade capitalista não se sente convencida da necessidade de combater a fome e a miséria, serão apresentados agora alguns motivos de ordem biomédica, identificando alguns sintomas físicos decorrentes da falta de alimentação adequada capazes de modificar o protótipo da espécie humana.

4.2 As manifestações da fome e da miséria no organismo humano

De acordo com o registro de óbitos do Brasil, por exemplo, nenhum indivíduo no país morreu de fome até hoje. O caso é que a fome mata porque enfraquece o indivíduo, abrindo portas para doenças que num organismo sadio seriam banais. Por isso, uma fatia da população mundial ficou identificada como biologicamente vulnerável. São as crianças até 4 anos, gestantes e mães amamentando. Isso porque essa é a faixa mais sensível a doenças infecciosas, e as que mais precisam se proteger pela alimentação. (MENDONÇA, 2002)

A fome e a miséria rouba do indivíduo uma boa parte daquilo que seu potencial genético estava destinado a realizar. A própria desnutrição muitas vezes tem início antes do nascimento, na vida uterina. Uma gravidez saudável fornece a criança um peso suficiente elevado ao nascer para protegê-la dos inúmeros ataques a que estará sujeita²⁴. Isso ocorre porque o sistema imunológico de um desnutrido, por exemplo, assemelha-se ao sistema imunitário de quem sofre de leucemia. As células que deveriam constituir o batalhão de defesa contra agressores externos não funcionam adequadamente. (MENDONÇA, 2002)

²⁴ Especialistas consideram que o peso mínimo ao nascer é 2,5 quilos. A taxa de mortalidade das crianças com peso baixo ao nascer é vinte vezes superior à de outros recém-nascidos. (FOME..., 1999)

Para efeito ilustrativo pode-se citar o exemplo de uma glândula chamada timo, localizada perto da tireóide, responsável pelo sistema imunitário do ser humano. Nos indivíduos desnutridos, esta glândula chega a pesar de 10 a 13 vezes menos, fazendo com que uma simples diarreia seja fatal. Seu intestino não possui as bactérias responsáveis pela digestão normal. Essas bactérias vêm da alimentação que, sendo escassa, expõem os desnutridos à ação das verminoses que lhe roubam o pouco ferro e a pouca proteína de que dispõem.²⁵ (FOME..., 1999)

O crescimento de crianças atacadas por verminose, quando sobrevivem, é lento devido à desnutrição retardar a ossificação e, por isso, a criança apresenta sempre uma estatura inferior à de sua idade cronológica.²⁶ (CASTRO, 1968)

Analisando do ponto de vista clínico, os médicos localizam 2 principais doenças decorrentes da desnutrição nas crianças. A primeira delas se manifesta a partir dos primeiros seis meses, chamada de kwashiorkor é causada pela deficiência de proteínas, resultante do desmame precoce. Provoca inchaço nos braços, costas, pernas e mãos, e chega a dar uma impressão de gordura na criança. Os cabelos se descolorem e caem, a pele apresenta sinais semelhantes a queimaduras. O fígado não consegue mais assimilar as proteínas e se deixa tomar pelas gorduras. (MENDONÇA, 2002)

Este tipo de degeneração do fígado impede que ele realize sua função de filtro e produza as enzimas necessárias à digestão dos alimentos. Há uma deterioração na mucosa intestinal, e o resultado é que a criança perde sua capacidade de produzir anticorpos e defender-se contra as agressões microbianas ou virais. Nos casos mais graves pode ocorrer deficiência mental e morte. (MENDONÇA, 2002)

²⁵ É bom deixar bem claro que os indivíduos não são desnutridos porque são atacados por vermes, mas são atacados porque são desnutridos. Quando as verminoses atacam organismos saudáveis, estas não têm poder destrutivo.

²⁶ Nem todo indivíduo baixinho é desnutrido, mas a grande parte dos desnutridos é formado por baixinhos, porque a falta de alimentação impediu que se realizasse seu potencial genético para o crescimento.

Crianças portadoras deste tipo de doença são em geral apáticas, tristes, com aspecto miserável, e atingem a idade de 3 anos sem andar nem engatinhar. Mesmo tratada, a criança que adquiriu Kwashiorkor dificilmente poderá atingir altura e pesos normais. (MENDONÇA, 2002)

A segunda principal doença decorrente da desnutrição é conhecida pelo nome de Marasmo. Trata-se de uma doença causada por um déficit calórico global e também pelo desmame precoce. Ao contrário do Kwashiorkor, a criança emagrece subitamente. A gordura da pele desaparece tornando os ossos do rosto, dos braços, das pernas e das costas salientes. A criança adquire um aspecto de velhice precoce, e pode chegar a 60% de seu peso normal. (CASTRO, 1968)

Estas constituem formas extremas de desnutrição. Mas, como foi discutido no tópico anterior sobre a desnutrição específica, esta também pode ocorrer de forma discreta, mas nem por isso sua consequência sobre o organismo humano se torna menos prejudicial. Desta forma, não é somente minguando a raça humana em sua aparência física que a fome específica atua sobre os indivíduos. Muitas outras degradações resultam dela, trazendo também consequências sobre a inteligência do ser vivo.

A inteligência, principalmente das crianças, será afetada não somente pelo que ela comerá na infância, mas será também afetada pelo conjunto de relações com o mundo que a cerca. Em se tratando de crianças com alimentação deficiente, o mundo que a cerca é o de miséria e sofrimento.

Do ponto de vista biomédico, especialistas afirmam que a desnutrição é a responsável por deficiências na formação cerebral. O feto em formação é vítima da desnutrição materna, uma vez que até o sétimo mês de gestação são gerados de 10 a 12 bilhões de neurônios, e são estes os fatores básicos da inteligência humana, cuja evolução se torna bloqueada pela desnutrição. (FOME..., 1999)

Além disso, a vida dessas crianças desnutridas é na maior parte do tempo caracterizada pela falta de estímulos, como se o instinto de sobrevivência delas se colocassem numa estratégia de repousar ao máximo e cansar-se o mínimo, poupando as poucas energias de que dispõem. A criança deixa de brincar e dorme anormalmente, com seu organismo involuntariamente se voltando para a autopreservação. (FOME..., 1999)

Mas, tirando esses indivíduos da condição de miseráveis e passando para um ambiente de regime alimentar saudável, com uma situação de estímulo intelectual, os efeitos se mostrarão reversíveis. Derrubando o mito de que as populações pobres não teriam habilidades para enfrentar o desafio do desenvolvimento.

4.3 Efeitos sociais, econômicos e políticos como produtos da fome e da miséria humana

Quando o fenômeno da fome e miséria atingem grandes massas de seres humanos, a própria sociedade se torna doente e essas doenças se manifestam de diversas maneiras. A principal manifestação se dá no rendimento escolar do indivíduo faminto, quando este consegue ter acesso à educação. A fome aliada à falta de estímulo com que se defronta o indivíduo de família de baixa renda, são fatores que dificultam a aprendizagem. O índice de repetência e abandono escolar é inversamente proporcional às possibilidades econômicas da família. (FOME..., 1999)

Com isso, a sociedade perde duplamente. Em primeiro lugar, a criança mal nutrida de hoje será o trabalhador pouco qualificado de amanhã. Em segundo lugar, o trabalhador pouco qualificado é na maioria das vezes mal remunerado. Assim, quanto pior a remuneração da base da sociedade menor tende a ser seu mercado consumidor, limitando assim o desenvolvimento econômico.

O custo social e humano da fome se mostra extremamente alto e difícil de ser contabilizado. A consequência imediata da fome e da miséria humana estoura nas enfermarias, onde o custo de atendimento hospitalar a desnutridos poderia ser substituído de maneira mais rentável se aplicado na prevenção do mal.

Mas, além do flagelo se apresentar como doença social e econômica, ela também pode se manifestar como uma enfermidade política. Isso, quando a estabilização política pacífica de determinadas instituições, como por exemplo a propriedade, se torna muito difícil, numa sociedade marcada pelo contraste entre a fartura e a miséria.

A fome e a miséria humana quando atingem o limite do suportável, podem fazer aflorar no homem seus instintos mais selvagens, o que paradoxalmente não deixam de ser também instintos de sobrevivência. Isto se reflete nas crescentes ondas de violência e revolta, rural e urbana, da classe social oprimida contra a classe opressora. Fazendo com que a classe dominante se sinta ameaçada devido à posição que ocupa.

Para essa enfermidade social existirão duas alternativas cabíveis. A primeira seria promover a satisfação das necessidades da classe oprimida, através de políticas estruturais e compensatórias. A segunda alternativa seria uma repressão sistemática por parte da classe opressora, através da montagem de um grande e eficiente policiamento armado, capaz de defender os que têm dos que não têm.

Mas, o problema da fome, com a proporção mundial que possui, incorporou em suas discussões representantes de várias nações com o objetivo de elaborar medidas e projetos para sua erradicação. A idéia de proteção armada contra os pobres e miseráveis já não faz parte do pensamento dominante.

O fato de que a fome e a miséria existente hoje foram produtos da ação humana, trouxe a conclusão de que a melhor política para solucionar a questão é a de elevar o padrão de vida dos

famintos. O remédio é mais complicado que o anterior, já que supõe modificações profundas na própria estrutura da sociedade, mas é o único capaz de cortar o mal pela raiz.

Na discussão proposta por esse ensaio, além das conseqüências apresentadas dessas mazelas sobre a raça humana, no próximo capítulo será apresentado um argumento um tanto polêmico: o compromisso moral de se combater a fome e a miséria humana.

O pressuposto utilizado para a discussão do próximo capítulo é o de que, apesar da classe dominante ser composta por uma pequena parcela da população, guiada pela lei geral da acumulação capitalista e preocupada somente com seus interesses, antes de se compor em classes sociais, o sistema capitalista de produção é composto de seres humanos, com sentimentos de humanidade e atualmente, interessados na melhoria da condição humana.²⁷.

Assim, este ensaio se propõe a discutir a importância de se retomar o conceito de moralidade como sendo um dos motivos de se combater a fome e a miséria. Dentro de alguns princípios e valores que regem as normas sociais e a conduta humana, pode-se pensar que a condição de miséria que é imposta à uma parcela dos seres humanos é imoral. Portanto, uma abordagem mais profunda sobre o tema será bastante relevante para entender a conduta humana diante da problemática.

²⁷ No dicionário de língua portuguesa a palavra 'humano' está associada a sensível, piedoso e compassivo. (LAROUSSE, 1992)

CAPÍTULO V

CAPÍTULO V

5. A POBREZA E A MISÉRIA HUMANA SOB A ÓTICA MORAL

Historicamente podemos perceber que os mais sérios problemas que assombraram a humanidade foram simultaneamente morais e políticos. A questão de que se ocupa este ensaio procura abordar não somente a ótica social e econômica como forma de pensar a pobreza e miséria humana. Este capítulo tem por objetivo discutir o argumento de que se utilizam várias entidades de combate às mazelas sociais: a necessidade moral de se combater a miséria.

Paixões morais sem nenhum tipo de interesse material raramente ou nunca seriam suficientes para movimentar grandes massas de homens e mulheres de uma forma que deixassem marcas profundas na história. Por esse motivo, julgamentos morais têm lugar necessário e até mesmo adequado na tentativa de elaborar julgamentos políticos racionais.

Há entre os pensadores e os executores políticos um grande número de pessoas que acreditam que quando a moral entra na análise de um tema a ciência se encarrega de sair. Acreditam que julgamentos morais são fatalmente arbitrários, portanto, duas pessoas com posições morais diferentes nunca poderão concordar na sua interpretação de fatos sociais, uma alegação niilista²⁸ como enfatizou Barrington. (BARRINGTON, 1974: 22)

Isto significa que julgamentos políticos e históricos seriam inevitavelmente arbitrários, uma questão de simples capricho e preferências pessoais. A concordância perfeita seria improvável ou até mesmo impossível.

²⁸ “Niilismo: atitude de negação dos valores intelectuais e morais comuns a um grupo social.” (LAROUSSE, 1992)

Em se tratando da problemática da miséria humana as preferências morais não parecem de fato puramente arbitrárias. Barrington escreveu que há evidência razoavelmente clara no sentido de que os seres humanos não desejam uma vida de sofrimento, pelo menos não como seu próprio destino. Pressuposto moral de que a sociedade deve ser organizada de forma a eliminar o sofrimento inútil. Por isso, no momento em que se trata moralmente da questão, adota-se que a concepção unitária da miséria é de utilidade²⁹. (BARRINGTON, 1974)

Pode-se dizer com certeza que o papel legítimo da preocupação moral é dar relevância a certos fatos e colocar outros em segundo plano. Mas, permitir que somente preferências morais interfiram nos julgamentos das questões sociais pode gerar efeitos desastrosos. Deve-se ter portanto, uma delimitação na análise que permita reconhecer onde a moralidade começa e termina, pois pessoas inocentes costumam pagar a penalidade máxima por erros dos seus líderes intelectuais e políticos.

Barrington afirmou que: “os fatos sociais são o produto da ação humana. São nesse sentido artefatos. Por conseguinte, uma das coisas mais importantes a serem descobertas pelo analista social é por que eles são fatos.” (BARRINGTON, 1974: 26)

Pesquisando porquê a fome e a miséria são fatos, parte principal da resposta que se encontra é que, alguns indivíduos concretos e identificáveis realizam lucros igualmente concretos sendo os fatos o que são, enquanto outros seres humanos sofrem perdas pela mesma razão, percebe-se aqui as implicações políticas.

Um fato extremamente relevante é o de não existir nenhuma garantia inata de que a análise social leve sempre a conclusões favoráveis ao impulso humanitário, por melhores que

²⁹ Considera-se o simples fato de que os seres humanos não gostam dos sofrimentos que lhes são impostos pelos arranjos sociais sob os quais vivem e justificados pelo código moral de suas sociedades. Qualquer forma de sofrimento humano é um custo, basta questionar se é um custo necessário, indispensável, como o sofrimento pela perda de um membro da família. A unidade da miséria considerada neste ensaio é o de utilidade, trata-se, portanto de um sofrimento inútil.

sejam os julgamentos morais envolvidos. Por exemplo: os grupos dominantes em qualquer sociedade são geralmente os que têm mais interesse em esconder como a sociedade está realmente funcionando. Exposições críticas favoreceriam geralmente grupos de esquerda. (BARRINGTON, 1974)

Mas, o caráter dos movimentos revolucionário e de oposição das classes inferiores também têm de certa forma muita coisa a ocultar ou exagerar, por suas próprias razões políticas. Para esse grupo também é apontada uma tarefa especialmente difícil, a de provar de antemão que uma nova e até agora não tentada ordem social seja realmente viável. (BARRINGTON, 1974)

Os fatos da história passada estão fora do alcance de qualquer poder de mudar, tudo o que é possível fazer é alterar as conseqüências. No caso da miséria humana a mudança está ao alcance de esforços humanos concebíveis. Basta questionar sobre quem recairá os prováveis custos e benefícios da modificação das circunstâncias e quais são as perspectivas de se obter apoio para essas mudanças.

Assumir a noção de “custo para quem” traz consigo certas dificuldades para análise, pois o conceito de custo implica uma medida comum, algum critério geralmente aceitável, de acordo com o qual as pessoas julguem as ações humanas. Até o momento tem-se considerado na discussão o critério moral, que se choca com a diversidade das culturas humanas.

Para seguir adiante nesta ótica sem se perder em meio a argumentos insuficientes, retomase aqui o conceito de unidade da miséria. As percepções humanas de sofrimento e suas causas mudam historicamente, junto com a capacidade de lidar com a miséria, capacidade que acaba refletindo diferentes recursos culturais, sociais e tecnológicos específicos. (BARRINGTON, 1974: 30)

5.1 A unidade da miséria aplicada na análise da conduta humana diante das mazelas sociais

Aparentemente após as revoluções industrial e científica a humanidade teria acabado de resolver o problema da escassez, ou pelo menos tinha conseguido atingir um grau de conhecimento técnico capaz de resolvê-lo, desta forma a questão da pobreza e miséria humana poderia ser solucionado, já que é uma espécie de sofrimento inútil. Portanto, não haveria mais razão para que só alguns trabalhassem enquanto outros tiravam proveito desse trabalho.

Mas, a afirmativa se choca diretamente com a lei geral da acumulação capitalista, fazendo com que a massa oprimida da população pense que o melhor remédio para seus males seja o de se conformar com a condição social em que vivem, buscando consolo e explicações na religião e na cultura, por exemplo. Isso demonstra como as percepções humanas do sofrimento dentro da miséria mudam historicamente, assim como sua capacidade de lidar com ela. (BARRINGTON, 1974)

O flagelo da fome poderia ser amenizado se o uso das tecnologias desenvolvidas para a produção fossem direcionadas para satisfação das necessidades da maioria humana, e não somente da classe dominante em busca do lucro.

Para isso a tecnologia teria que tornar possível uma dieta que fosse suficiente para garantir saúde e energia a qualquer ser humano, o mesmo deveria acontecer com vestuário, proteção e habitação adequada, e controle de doenças com grande progresso da medicina preventiva.

Apesar do desperdício de recursos e ineficiência em controlar seu uso, apesar de uma certa quantidade de superalimentação e desperdício de alimentos nas áreas mais adiantadas do mundo, algumas considerações podem indicar que não é somente o modo capitalista de produção a causa central dos males que assolam a humanidade, embora tenha contribuído indubitavelmente para eles. (BARRINGTON, 1974: 61)

Nos países capitalistas mais adiantados economicamente, o automóvel, a máquina de lavar roupa, até mesmo a televisão, não devem sua disseminação necessariamente à formação de gostos por uma elite que precisava empurrar bens para consumidores para conservar seus lucros e hegemonia.³⁰ O culto dos objetos na sociedade contemporânea é dado como consequência da busca do ser humano por autonomia, o desejo de se tomar decisões pessoais sem interferências. Mas esse desejo acabou sendo anulado, ou simplesmente se tornou impossível com o crescimento populacional. Como Barrington acrescentou: “A essência da situação é que um acréscimo populacional multiplica a frequência de situações em que se torna necessário possuir regras e regulamentos para governar as atividades humanas.” (BARRINGTON, 1974: 63)

Alguns desejos humanos são saciáveis, apesar das variedades do que as pessoas comem e vestem, e às formas como o apetite pode ser despertado ou reduzido, provavelmente existe um limite formulável dos desejos e do que é necessário para proporcionar saúde e energia. Desta forma pode-se conceber que a eliminação da escassez é uma condição necessária, mas não suficiente para eliminar a fonte principal da miséria humana.

Cientistas sociais há muito escrevem que os seres humanos oprimem-se cruelmente por possuírem concepções diferentes do que é bom e do que é mau, ou quais são os valores e propósitos da vida humana. Por isso, não basta reduzir esses conflitos a meros conflitos entre interesses materiais, mesmo que esses tenham desempenhado papel importante na constituição da miséria.

Para a sociedade, independente de sua divisão em classes, ter a capacidade de avaliar decisões inteligentemente, ou seja, perceber mais do que as consequências pessoais imediatas, é

³⁰ Sua popularidade é devida principalmente pelo fato de libertar o ser humano, no curto prazo, da dependência para com outras pessoas. Por exemplo, com um carro não é necessário esperar por um ônibus, com a televisão não é necessário buscar outras pessoas para entretenimento. Mas quando qualquer um possui um carro, os problemas de trânsito, por exemplo, tornam-se consideráveis.

imprescindível para que o combate à fome e a miséria humana sejam questões prioritárias e resolvidas de forma eficiente. Para que os indivíduos desenvolvam essa capacidade, alguns pré-requisitos são indispensáveis, por exemplo, oportunidades de educação, trabalho, bem como lazer e reflexão. Proporcionando medidas decentes de auto- respeito e dignidade às vítimas da ordem social.

Por medidas decentes entende-se uma série de políticas, estruturais e compensatórias, capazes de minorar o problema da miséria em que grande número de seres humanos vegeta atualmente. Uma parte da recompensa trazida com a implementação dessas medidas se refletirá como fortes convicções morais dos indivíduos, no que se refere à sua importância social.

No próximo capítulo será apresentado um exemplo de políticas estruturais e compensatórias, elaboradas pela atual equipe do governo brasileiro. Trata-se do Projeto Fome Zero, como proposta de medidas para garantir a segurança alimentar para o Brasil. Suas medidas e implicações serão abordadas utilizando-se as idéias políticas, econômicas e morais discutidas neste ensaio.

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO VI

6. PROJETO FOME ZERO - UMA PROPOSTA DE POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA O BRASIL

“Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis. Contribuindo assim, para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana”.

(INSTITUTO CIDADANIA, 2001)³¹

No século XXI, a fome e a miséria humana no Brasil, por exemplo, apresentam três dimensões fundamentais. A primeira diz respeito à insuficiência de demanda decorrente da concentração de renda, elevados níveis de desemprego e o baixo poder aquisitivo dos salários pagos aos trabalhadores empregados. A segunda refere-se a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com a renda da maioria das famílias. A terceira dimensão fundamental trata da exclusão da parte mais pobre da população do mercado de consumo de alimentos. Esta parte constitui-se basicamente de trabalhadores desempregados ou subempregados, velhos e crianças carentes de um atendimento emergencial. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

³¹ Documento oficial brasileiro para a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma no ano de 1996. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

O projeto Fome Zero é uma proposta de políticas estruturais e compensatórias de combate à fome e miséria humana no Brasil. O novo paradigma apresentado pelo projeto é o de que o ato de alimentar-se vai além do suprimento das necessidades nutricionais, ele está diretamente relacionado à sociabilidade, cultura, equidade e educação. Portanto, o eixo central do projeto associa o objetivo da segurança alimentar³² a estratégias de desenvolvimento econômico e social, com melhor distribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

A proposta de segurança alimentar apresentada, visando gerar inclusão da parte mais pobre da população no mercado de consumo de alimentos e não assistencialismo, exige a mobilização da sociedade civil e do governo nas três esferas, federal, estadual e municipal, demonstrando uma crescente resistência da mercantilização das relações entre pessoas e natureza.

A seguir será exposta a definição do público beneficiário e a principal proposta do projeto Fome Zero, compreendendo as políticas estruturais, de ataque às causas da fome e miséria, políticas específicas, com ações que levem a população carente ao acesso mais imediato aos alimentos, e as políticas locais com ações a serem trabalhadas na esfera municipal.

6.1 Definição do público beneficiário

Devido a variabilidade de metodologias utilizadas no Brasil para o cálculo da população em situação de carência alimentar, o projeto se utiliza de um método indireto de mensuração. Procedeu-se, assim, a uma estimativa da população vulnerável à fome e miséria, em função da

³² A definição do termo 'segurança alimentar', utilizado no projeto Fome Zero, é a mesma desenvolvida pela FAO. Vide capítulo 3, item 3.1.

renda disponível a partir dos dados de uma Pesquisa por Amostra em Domicílio (PNAD) de 1999. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Portanto, o público a ser contemplado com as políticas abrange 9,3 milhões de famílias, ou seja, 44 milhões de pessoas que ganham menos de 1 dólar por dia³³. São seres humanos que não precisam apenas comer, mas necessitam ser transformadas em gente, cidadãos capazes e dignos. (GLOBO REPÓRTER, 2003)

6.2 Políticas estruturais

Constitui um conjunto de políticas com o objetivo de atacar diretamente as causas da fome e da miséria humana, “(...) por meio do aumento da renda familiar, da universalização dos direitos sociais e do acesso à alimentação de qualidade e da diminuição da desigualdade da renda.” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001: 84)

As propostas de políticas estruturais que são apresentadas pelo projeto visam sua implementação de forma gradativa, e consistem em medidas que proporcionem o aumento da renda, a diminuição da desigualdade e o incentivo à agricultura familiar³⁴.

6.2.1 Políticas de geração de Emprego e Renda

³³ Essa linha de medição (1 dólar por dia), foi utilizada em função de uma estimativa do Banco Mundial em 1993. Além disso, para não haver grandes distorções, foi feita uma correção na renda das famílias que declararam, na PNAD, obter parte da alimentação da produção agrícola. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

³⁴ Agricultura familiar é uma atividade produtiva caracterizada pela produção de bens alimentícios, matérias-primas decorrentes do cultivo de plantas e da criação de animais, utilizando mão-de-obra constituída pelos membros da família que habitam a unidade agrícola.

Estas políticas são propostas dentro de um novo modelo econômico que tenha a premissa de gerar crescimento e incluir os indivíduos no mercado de consumo de bens fundamentais, como os alimentos. Além de priorizar a diminuição das desigualdades sociais através de uma distribuição de renda mais igualitária. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

A proposta é uma retomada da política de aumento do salário mínimo para o piso de cem dólares e o objetivo de diminuir a distância entre o salário mínimo e os salários mais elevados. Formar frentes de trabalho temporário em regiões com alto índice de desemprego sazonal³⁵, e incentivar os programas de primeiro emprego para jovens e requalificação permanente para pessoas acima de 40 anos. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

A crescente importância de linhas de crédito para novos investimentos³⁶ e incentivo ao consumo, segue acompanhado da recuperação do ensino público³⁷ de qualidade e da infraestrutura do ensino nas áreas rurais. A melhoria educacional é proposta por diversos órgãos de fomento internacional, como a principal medida de diminuição da desigualdade de renda e da miséria humana. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Política habitacional também recebe importante consideração por parte do projeto, tanto na geração de empregos quanto na redução do déficit habitacional. As ONGs participam do projeto principalmente através da tarefa de promover programas de capacitação, visando o desenvolvimento econômico, social e cultural dos indivíduos. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

³⁵ Em certas atividades ocorre o desemprego sazonal, limitado a certas épocas do ano por não haver oferta homogênea de emprego durante o ano todo.

³⁶ Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

³⁷ Compreendendo o atendimento universal do ensino básico e um ensino fundamental de qualidade, bem como uma ampliação das redes de educação infantil e da merenda escolar. Crianças bem formadas e com alimentação regular tem mais possibilidades de melhorar suas condições de vida. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Por fim, a proposta de política estrutural alerta que um novo modelo econômico, priorizando a demanda de bens de consumo populares, não garante a geração de novos empregos. Devido ao fato de que a atual estrutura produtiva não seria modificada na sua essência. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.2.2 Políticas de Reforma Agrária

Como política estrutural, a redistribuição de terras se coloca a partir de quatro motivos básicos: como forma de redistribuição de renda, ampliação das fontes de renda e autoconsumo alimentar para as famílias, e uma maior dinamização das economias regionais.

As famílias beneficiadas pela Reforma Agrária, que recebem orientação e auxílio do INCRA³⁸, apresentam expressiva melhora na qualidade de vida, reduzindo, assim, sua vulnerabilidade à insuficiência alimentar.

6.2.3 Proposta de previdência social universal

O projeto propõe a extensão do direito social universal da Previdência aos trabalhadores com economia familiar em regime de vulnerabilidade social e biológica: idade, invalidez, viuvez e desemprego aberto nas áreas rurais e urbanas, representando um salto na renda da população carente.

³⁸ INCRA é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão do governo brasileiro criado em 1970. Sua principal função é fazer um levantamento cadastral das propriedades agrícolas, a demarcação de áreas prioritárias para a Reforma Agrária e dar orientação às famílias após o assentamento.

A Constituição de 1988, reconhece um regime social mínimo à população rural vulnerável social e biologicamente, e uma redução no limite de idade para aposentadorias femininas³⁹.

Mas, esses direitos sociais não foram seguidos de forma igualitária para os trabalhadores urbanos. Estes precisam seguir às mesmas regras do trabalho assalariado formal, fazendo com que os pobres sem capacidade fiquem relegados a um amparo somente sob condição de comprovação de indigência. O projeto ressalta ainda que esse regime Previdenciário é contributivo, prevendo uma contribuição dos segurados com capacidade para tal⁴⁰.

A proposta de Previdência Social Universal quer “(...) reconhecer para todos os trabalhadores por “conta própria” urbanos e para as inúmeras novas formas de auto-ocupação, a condição de trabalho socialmente necessário e elegível para obtenção dos direitos previdenciários de um salário mínimo, independente de situar-se ou não abaixo da linha de pobreza”. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001: 86)

6.2.4 Bolsa escola e renda mínima

A proposta é fornecer uma renda mínima às famílias carentes com crianças em idade escolar, articulada com o benefício de melhoria nos padrões educacionais da população brasileira. Para isso, é necessário um criterioso acompanhamento e focalização das famílias mais pobres, visando obter resultados positivos em famílias muitas vezes sem renda alguma, e melhorando sensivelmente a frequência escolar e o rendimento das crianças.

³⁹ Esse direito é assegurado pela Constituição de 1988 mediante a comprovação do evento causal (idade, invalidez, morte do cônjuge etc.) ou do tempo de trabalho do segurado. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

⁴⁰ Essa contribuição será feita mediante uma taxação do excedente comercializável do segurado. “a necessidade de financiamento desse orçamento especial não será debitada ao segurado urbano, mas às contribuições quase tributárias da Seguridade Social”. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Atualmente tem-se discutido, através de proposta de políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), uma vinculação do programa renda mínima à programas de qualificação profissional e educação de jovens e adultos, buscando a emancipação das famílias de modo que ela, no futuro, possa depender do seu trabalho.

6.2.5 Proposta de incentivo à agricultura familiar

Esta proposta tem o objetivo de aumentar a produção de alimentos e proteger o agricultor de menor renda através de medidas que articulem o seguro da renda agrícola; estímulo à produção interna recorrendo a importações em caso de quebra de safra; incentivo ao uso de tecnologias apropriadas e associadas a uma política efetiva de assistência técnica; crédito vinculado a canais de comercialização e, por fim, o estímulo à formação de cooperativas.

O projeto ainda enfatiza que, conscientes de que a fome no Brasil não é causada pela falta de disponibilidade de alimentos, mas pela dificuldade de acesso a eles, defendem que a produção de alimentos transgênicos⁴¹ não ajudará no combate à fome. Esse tipo de produção, argumentam, promoverá uma crescente dependência dos produtores dessas tecnologias que, em sua maioria, são vinculadas à empresas multinacionais.

Além disso, o cultivo de produtos transgênicos pode prejudicar o acesso do Brasil a alguns mercados externos que exigem áreas livres de transgênicos. Assim, “(...) o Projeto Fome Zero apóia as propostas da Campanha Nacional *Por um Brasil Livre de Transgênicos*, que envolve entidades e ONGs ligadas aos movimentos sociais e ambientais”. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001: 87)

⁴¹ Alimentos transgênicos são alimentos artificialmente modificados em sua estrutura por meio de técnicas da engenharia genética.

6.3 Políticas específicas

As políticas específicas são as medidas de caráter emergencial, necessárias para amenizar as consequências da fome e da miséria sobre a vida da população carente.

6.3.1 O Programa Cupom de Alimentação – PCA

Esta medida permite que cada família carente, contemplada com o programa, compre os alimentos que compõe a sua dieta. E assim, traz como resultado um aumento no movimento do comércio local.

O PCA beneficiará famílias pobres, independentemente de já se beneficiarem de outros programas de complementação de renda. Em contrapartida, as famílias terão que comprovar algum tipo de ocupação de seus membros adultos seja freqüentando cursos de alfabetização, requalificação profissional ou prestando serviços comunitários compatíveis com suas habilidades. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

O período de recebimento do benefício vai variar previamente de 6 meses a 1 ano, prorrogável através de reavaliações da situação de segurança alimentar da família. Além disso, os cupons de alimentação só poderão ser utilizados em supermercados, lojas, feiras ou produtores agropecuários cadastrados previamente. Mercadorias não-alimentares e do tipo *fast food* não poderão ser adquiridas através do cupom. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Para evitar que o PCA tenha que esperar por um cadastro próprio para sua implementação, a prioridade será dada às famílias que já estiverem cadastradas em algum dos programas descritos no item anterior, ou que comprovem situação de desnutrição ou risco. Como

medida de caráter emergencial o PCA complementar a renda das famílias e contribuirá para obtenção de melhores resultados dos outros programas que já estarão em andamento.

Nos dois primeiros anos do programa a proposta é de que sejam estabelecidas faixas de R\$ 50,00 a R\$ 250,00 mensais para as famílias pobres. A comprovação será feita, por exemplo, através do número de filhos menores, presença de desnutrição ou risco, adultos desempregados e se possui ou não casa própria. O projeto Fome Zero ressalta que o PCA é uma medida complementar a outras políticas e que também servirá como importante instrumento de política agrícola. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

O PCA deverá ser implantado de forma gradativa devido à necessidade de se dar tempo para que a oferta de alimentos cresça em ritmo semelhante ao programa, para não correr o risco de uma elevação nos preços dos produtos agrícolas, e a necessidade de implantar um sistema de administração em todo o país, tanto para habilitar os estabelecimentos conveniados como para cadastrar as famílias.

Inicialmente será desenvolvido um projeto piloto priorizando as regiões afetadas pela seca do Nordeste, aumentando gradativamente a abrangência, conforme se verifique uma expansão da oferta de alimentos e os recursos necessários para que seja atingida a meta de incorporar todas as famílias com renda inferior a 1 dólar per capita diários. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Os cupons poderão ser obtidos na forma de papel⁴² ou cartão magnético, com período de validade especificada.

6.3.2 Redirecionamento do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT

⁴² Na forma de papel o cupom será emitido pela Casa da Moeda.

A atual estrutura do PAT não incorpora trabalhadores sem registro em carteira e os funcionários de pequenas empresas que se utilizam do SIMPLES⁴³. O projeto propõe que sejam estabelecidos mecanismos que compensem as firmas, para que esses recebam isenções no imposto de Renda quando concederem benefícios de alimentação aos seus trabalhadores⁴⁴. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Além disso, para melhorar a eficiência do PAT, faz-se necessário aumentar a fiscalização para que o vale-alimentação não seja utilizado para outro fim, evitando, assim, um mercado paralelo. A prioridade, portanto, será dada aos trabalhadores de renda familiar mais baixa, com benefícios maiores para salários menores. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.3.3 Doações de cestas básicas emergenciais

Os benefícios dessa medida são preferencialmente para pessoas famintas, populações atingidas por calamidades naturais e os novos assentados da Reforma Agrária, por período de tempo determinado. A composição da cesta básica poderá ser alterada, de modo que fique mais diversificado e atenda às demandas nutricionais da família, utilizando produtos da própria região.

Assim, será privilegiada a aquisição de alimentos junto a produtores agrícolas locais, estimulando a economia da região. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

⁴³ O sistema fiscal SIMPLES (Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), possui um desconto padronizado para o Imposto de Renda que não considera os incentivos e benefícios oferecidos aos empregados.

⁴⁴ Essa política visa atender trabalhadores que não recebem qualquer outro tipo de benefício para custear sua alimentação.

6.3.4 Combate à desnutrição materno-infantil

Esta medida implica um fortalecimento do SISVAN⁴⁵ como instrumento para cadastrar, visitar e orientar as famílias sobre saúde e alimentação. As ações serão voltadas não somente para corrigir como também para prevenir a desnutrição.

O fornecimento de produtos alimentares como o leite, ferro e vitaminas será ampliado. Além disso, programas de incentivo a formação de bancos de leite materno e orientação sobre aleitamento serão realizadas entre famílias, empresas e serviços públicos. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.3.5 Manter estoques de segurança

O projeto Fome Zero propõe que o governo mantenha estoques públicos de alimentos que garantam a segurança alimentar, respondendo pelo consumo dos programas durante o período de tempo necessário para se importar ou expandir a oferta de produtos alimentares, em caso de quebra de safra.

A proposta visa ainda criar mecanismos para minimizar os problemas existentes em toda a cadeia agroalimentar, por exemplo, o caso de estruturas de armazenagem em regiões carentes como o Nordeste, que apresentam elevada demanda por alimentos, mas possuem pequenos estoques e rede armazenadora. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Os estoques de segurança seriam adquiridos nas próprias regiões produtoras e distribuídas para as famílias carentes através do sistema de cestas emergenciais e merenda escolar.

⁴⁵ O Sistema de Vigilância em Alimentação e Nutrição, é uma rede organizadora de coleta, processamento e análise de dados contínuos de uma população, que possibilita um diagnóstico atualizado da situação alimentar e nutricional.

6.3.6 Ampliação da merenda escolar

A proposta tem como objetivo elevar o aporte calórico e nutricional diário da merenda escolar que atualmente, por lei, é de apenas 15%. A isso se incorpora a necessidade de aumentar o repasse de recursos por parte do Ministério da Educação, garantindo assim o direito à alimentação, bem como a frequência de crianças pobres à escola. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

A utilização de produtos regionais na composição da merenda será incentivada, acreditando-se que garantirá alimentos mais frescos e compatíveis com a cultura local, gerando assim, uma melhoria na renda dos agricultores da região.

6.3.7 Segurança e qualidade dos alimentos

Para garantir a segurança alimentar, será enfocado o princípio da prevenção em vez da correção, com atividades de vigilância e orientação dos indivíduos envolvidos na cadeia agroalimentar, transferência de métodos para prevenir riscos e melhorar a segurança dos alimentos.

A proposta do programa de qualidade dos alimentos deverá administrar a segurança ao longo da cadeia produtiva, do produtor até o consumidor. Os produtos transgênicos que entrarem no país deverão ser controlados até que resultados de pesquisas comprovem que estes não oferecem risco à saúde e ao meio ambiente. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.3.8 Educação para o consumo e educação alimentar

Para evitar a inadequação qualitativa e quantitativa, as ações na área de educação alimentar têm efeitos preventivos, tanto no combate à desnutrição quanto no combate à obesidade.

A ação dessa proposta partiria do governo, promovendo campanhas publicitárias educativas e incluindo esse aspecto de educação no currículo escolar de primeiro grau. As campanhas devem envolver todos os itens do consumo familiar, da origem dos produtos até a forma de consumir. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.4 Políticas locais

Compõem um conjunto de políticas que podem ser implantadas por estados e municípios, em parceria com a sociedade civil.

6.4.1 Programas municipais de segurança alimentar

Esta medida pode promover a produção e a distribuição dos alimentos realizados pelos pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos. Ao mesmo tempo em que estimula atividades geradoras de emprego e renda, ainda amplia a oferta de alimentos de qualidade de forma menos custosa e valorizando a diversidade nos hábitos alimentares regionais.

A proposta requer ainda a ação contínua e integrada das secretarias de agricultura, abastecimento alimentar, educação, saúde, assistência social e vigilância sanitária. No âmbito nutricional, é presente a necessidade de aperfeiçoamento do aparato legal para as ações e

programas de abastecimento que assegurem uma clara definição dos objetivos e dos beneficiários. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Devido à descontinuidade administrativa que acaba por comprometer os programas, seria conveniente constituir um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e de Combate à Fome, inter-secretarias e com representação da sociedade civil.

Em linhas gerais, as políticas dessa área são representadas por Programas de Abastecimento, com gestão e administração de varejões, sacolões, feiras populares, comboios⁴⁶, e atuando no controle de preços, qualidade e apoio a hortas comunitárias. Planejamento, informação e orientação de levantamentos de mercado, safras, condições sócio-econômicas da população e vigilância sanitária, e microintervenções voltadas para o incentivo à produção local, controle de oligopolização do setor atacadista, organização de compras comunitárias e gestão da merenda escolar. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

A última medida seria a realização de “censos municipais de fome”, para que o próprio município possa identificar e quantificar a população que passa fome.

6.4.2 Restaurantes populares

Programa que possa fornecer refeições a preço de custo para atender a demanda de trabalhadores de baixa renda que hoje alimentam-se de forma insatisfatória nas ruas.

Uma alimentação em restaurante popular poderia custar R\$ 1,80⁴⁷ considerando os custos variáveis e a mão-de-obra, não incluindo nesse cálculo os custos de instalação, aluguel ou

⁴⁶ Varejões, sacolões e feiras populares são locais onde se vendem frutas, legumes e outros produtos alimentícios com preços populares. Comboios são grupos de veículos que se dirigem para o mesmo destino carregados de alimentos.

⁴⁷ Preço de outubro de 2001.

reformas com os locais que poderão ser cedidos pelo poder público. A refeição poderia ainda chegar ao custo de R\$ 1,00, caso as despesas de pessoal e manutenção da infra-estrutura fossem cobertos pelas prefeituras, governos estaduais ou entidades beneficentes. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.4.3 Banco de alimentos

O projeto Fome Zero endossa a institucionalização do Estatuto do Bom Samaritano, que facilita a doação de alimentos reduzindo os custos e eliminando responsabilidades indevidas. Essa legislação implicará num significativo aumento dos alimentos colocados à disposição das populações carentes.

A constituição de Bancos de Alimentos se dará de modo mais fácil permitindo um fluxo contínuo de produtos para abastecer restaurantes de apoio, albergues e casas de passagem para indivíduos desamparados. O banco funcionará como captador dos alimentos doados e processador de sua distribuição. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Essa medida funcionará com parcerias entre instituições beneficentes e poder público, com incentivos por recursos ou convênios de cooperação com as prefeituras. Propõe-se também que a legislação do Imposto de Renda considere as contribuições de pessoas físicas para instituições de caridade como passíveis de dedução na tributação. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.4.4 Modernização dos equipamentos de abastecimento

Essa medida visa incentivar a criação de centrais de compra e distribuição de alimentos nas periferias das regiões metropolitanas, que dariam apoio logístico e comercial à operação dos pequenos varejistas, que por sua vez, teriam que comercializar os gêneros alimentícios a preços mais baratos.

Cabe ao poder público conceder microcrédito a esses pequenos varejistas para capital de giro e novos equipamentos, sendo fundamental uma modernização com a informática, a armazenagem e o transporte. Além de consolidar parcerias pelo apoio das CEASAS⁴⁸, caberia ao governo facilitar a integração de varejistas atuantes em cooperativas para que possam competir em igualdade com as grandes redes de supermercados. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.4.5 Novo relacionamento com as redes de supermercados

A proposta é a de procurar fazer dos supermercados, grandes aliados na comercialização dos produtos básicos e produção de agricultores e pequena agroindústria da região para a população de baixa renda. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.4.6 Agricultura urbana

Conjunto de iniciativas que fomentem programas como sistemas de entrega em domicílio de produtos frescos, cursos de educação para formação de hortas nas escolas, cadastro de terrenos

⁴⁸ CEASAS são centrais de abastecimento destinadas a comercialização de produtos hortigranjeiros, pescados e outros perecíveis em todas as capitais e principais cidades brasileiras.

urbanos sem uso para produção de hortas e a cessão para produção por tempo determinado, para pessoas interessadas sem emprego, e alíquotas diferenciadas de IPTU⁴⁹ para esses terrenos. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.4.7 Apoio à agricultura familiar nas áreas rurais

O projeto Fome Zero propõe que as prefeituras e os governos estaduais e federais usem, sempre que possível, seu poder de compra derivada da demanda institucional, para merenda escolar, creches, hospitais, quartéis e restaurantes populares, em favor de agricultores familiares de sua região. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

Para isso, é necessário modificar a Lei de Licitações, para desta forma favorecer a compra local de alimentos produzidos pela agricultura familiar, o que não se contrapõe à necessidade de comprar a baixo custo. Um redirecionamento do acesso ao crédito, para que realmente atinja os agricultores menos capitalizados, estará aliado a uma assistência técnica efetiva promovida pelos governos. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001)

6.4.8 Apoio à produção para auto-consumo

As prefeituras ou governos estaduais promoverão doações de sementes, insumos e ferramentas para o uso em hortas e jardins, bem como matrizes para iniciar a criação de pequenos animais.

⁴⁹ Imposto Predial e Territorial Urbano, é gerado devido à propriedade, domínio ou posse de terrenos.

Cabe a elas, também, incentivar o cultivo de terrenos baldios por meio de programas de hortas sociais e dar assistência técnica por meio de parcerias com ONGs. (Projeto Fome Zero, 2001)

O objetivo deste capítulo, portanto, foi o de fornecer ao leitor um exemplo real de políticas estruturais e compensatórias de combate à fome e a miséria humana, a serem implantadas pelo aparato estatal em parceria com a sociedade civil. Os custos do programa e suas fontes de recursos poderão ser encontrados no documento oficial, disponível no site do Instituto Cidadania⁵⁰.

Não cabe neste ensaio a discussão sobre a viabilidade do Projeto para o Brasil, cabe apenas a demonstração de que articulações entre a classe média e alta capitalista, junto com outros órgãos, é imprescindível para a própria sobrevivência desta.

Este ensaio não pretendeu esgotar o tema, limitando-se somente a pesquisa das causas do flagelo da fome e miséria humana, inerentes ao modo de produção capitalista e por quê surgiu a necessidade de se combatê-los. Assim, no próximo capítulo, serão apresentadas as considerações finais deste ensaio, conscientes de que a questão ainda poderá ser desenvolvida de forma mais minuciosa.

⁵⁰ O projeto Fome Zero pode ser encontrado na íntegra no site www.pt.org.br.

CAPÍTULO VII

CAPÍTULO VII

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor o objetivo geral deste ensaio, o de compreender as causas da fome e da miséria humana no modo de produção capitalista, a dificuldade em delimitar tão amplo tema já era conhecida. Mas, a necessidade de desvendar essas questões que degradam a espécie humana, dentro de uma sociedade cujo princípio é o de produzir riqueza fez-se mais forte.

Ao conhecer o funcionamento do modo capitalista de produção, entendeu-se que a disposição da miséria não poderia ter se dado de maneira diferente. Ao separar os trabalhadores da propriedade dos meios de produção, os quais eram utilizados para realizar o trabalho e através deste as condições de subsistência e reprodução da classe trabalhadora, o sistema capitalista criou as condições para seu desenvolvimento.

Desta forma, ao se desenvolver o modo de produção capitalista, evidencia-se a importância da existência da classe operária para a reprodução do modo de produção especificamente capitalista.

Essa reprodução perpetua constantemente a relação, capitalistas de um lado e assalariados de outro. O primeiro necessita da força de trabalho humana fornecida pela classe operária como meio para expandir seu capital, e assim, atingir seus objetivos consolidados na lei geral de acumulação capitalista. Os trabalhadores, por sua vez, necessitam vender sua mercadoria força de trabalho aos capitalistas como forma de garantir seu sustento. A satisfação das necessidades de uma classe, aparentemente, geraria a satisfação das necessidades da classe oposta.

Mas, a verdadeira necessidade produzida pelo modo de produção capitalista é a necessidade de acumular riqueza na forma dinheiro. Para isso, a classe dominante oferece como

remuneração aos trabalhadores somente o necessário para garantir a reprodução de sua força de trabalho, desgastada no processo de valorização do capital, consolidando à classe operária sua dependência do capital e assegurando a possibilidade de extração de mais-valia.

O incremento de capital adquirido com a extração de mais-valia é cada vez mais convertido em capital constante mais eficiente na esfera da produção, gerando um aumento de produtividade e uma redução da parte variável do capital em relação à constante. Assim, com o desenvolvimento da acumulação de capital, surge o chamado Exército Industrial de Reserva, composto pelos trabalhadores excedentes do modo de produção capitalista.

Ao transformar a necessidade do trabalhador à miserável manutenção de sua vida física, a classe capitalista compele a classe operária a aceitar os termos de trabalho impostos. Conscientes da existência de um exército de pessoas desempregadas, a classe operária aceita a exploração de sua força de trabalho, intensiva e/ou extensivamente.

Acumular, acumular e acumular é a lei do sistema capitalista. Seja como dinheiro para potencializá-lo em capital, e assim aumentar sua riqueza, no caso da classe dominante, ou seja, como dinheiro para prover o sustento da família como meros assalariados, no caso da classe operária. Tudo o que o indivíduo perder em termos de humanidade, devido à ideologia dominante de acumulação, o capitalismo promete restituir em dinheiro e riqueza. E tudo o que o ser humano for limitado para fazer por conta própria, o dinheiro garante comprar. (MARX, 1988)

A miséria da classe trabalhadora constitui resultado e condição de existência da produção capitalista e da acumulação de riqueza. Ela é também condição necessária para que a classe operária se sinta motivada a ocupar os ofícios mais servís, poupando assim a classe dominante.

A ideologia difundida pela classe capitalista, de que as conseqüências da acumulação de capital eram fatos naturais, começou, a partir do século XX, a ser substituída pela consciência da classe trabalhadora de seu direito à dignidade como ser humano. A racionalidade do modo de

produção vigente fez surgir uma nova ideologia, desenvolvida pela classe operária, com novos ideais sobre política, moral e até mesmo economia. E assim, conscientes de que uma lei natural de fome e miséria não existe, cada vez mais indivíduos estão se organizando em atividades políticas de combate às mazelas sociais.

A discussão sobre por quê combater a miséria humana poderia ter tantos enfoques que não caberiam neste ensaio. Por isso, optou-se no quarto capítulo, em apresentar alguns efeitos que ela traz sobre a espécie humana, sobre a política, a economia e a sociedade como um todo.

A miséria rouba do indivíduo uma boa parte daquilo que seu potencial genético estava destinado a realizar, modifica a estrutura física e psicológica, afeta a inteligência e predispõe a doenças decorrentes da desnutrição. Esses indivíduos miseráveis, com as seqüelas adquiridas pelo flagelo, tendem a se transformarem em trabalhadores pouco qualificados, e desta forma, mal remunerados, dificultando assim o próprio desenvolvimento econômico.

A pesquisa demonstrou como esses custos sociais e humanos, produtos da miséria, fazem aflorar no homem seus instintos mais selvagens de sobrevivência, estourando em crescentes ondas de violência e revoltas da classe operária contra a classe dominante capitalista, tornando esta vulnerável devido à sua posição privilegiada.

O argumento moral de combate à miséria foi abordado como forma de aproximação junto à parcela da classe capitalista opressora que não se sente convencida de sua responsabilidade pela situação em que vive a classe oprimida. Portanto, não percebe a necessidade de se combater os resultados de seu processo de acumulação sobre a classe trabalhadora.

A moral econômica nunca censurou os resultados do modo capitalista de produção. A moral econômica é o ganho, o lucro, o trabalho, a acumulação do capital, e a economia promete satisfazer essas necessidades para a classe dominante. A moral do ponto de vista social, para os capitalistas, é a chamada riqueza da virtude, da boa consciência e boa índole. Mas, esperar que o

trabalhador miserável, explorado e faminto seja virtuoso, é no mínimo contraditório aos resultados da acumulação sobre a vida desses indivíduos.

A necessidade moral de se combater a miséria, para não se tornar arbitrária, casual e não-científica, foi inserida com o conceito unitário de utilidade. De certa forma, buscando na sociedade o princípio de humanidade. Assim, quando nem mesmo o argumento moral convence os capitalistas, resta apenas apresentar a estes o princípio do interesse, tão difundido entre a classe dominante.

O ser humano necessita constantemente uns dos outros, e esperaria em vão se fosse contar com sua mera benevolência. Por isso, torna-se muito mais eficaz dirigir-se a seu interesse pessoal, e assim, convencê-lo de que fazer o que dele se espera, beneficiará a ele próprio. Portanto, ao se dirigir à classe capitalista, não é necessário fazê-lo a sua humanidade, mas sim ao seu egoísmo. Sem lhes apresentar as necessidades da classe operária miserável e faminta, mas apenas sua conveniência de querer permanecer usufruindo dos privilégios de sua posição. E para isso, acalmar a classe oprimida se tornará imprescindível no atual estágio da acumulação capitalista.

Isso pode ser feito, conforme demonstrado no sexto capítulo deste ensaio, através de articulações entre a sociedade civil e o aparato estatal na realização de políticas de combate à miséria, apesar de ainda ser necessário apelar para o sentimento de egoísmo de uma parcela da classe dominante.

Mas, a era do “*homem social*”, identificada por Josué de Castro, caracteriza um estágio de esperança para a humanidade e não ceticismo. Um novo modelo de civilização poderá surgir, organizada para destinar a produção prioritariamente à satisfação das necessidades física, moral e intelectual da espécie humana, conservando nos indivíduos valores de humanidade em lugar de valores monetários.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **O que é Fome?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

BARRINGTON, J. M. **Reflexões sobre as causas da miséria humana e sobre certos propósitos para eliminá-las.** Tradução: Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome:** ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** Tradução: Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1988.

FOME e Subnutrição, 1999. Disponível em: <<http://www.webciencia.com/11-16nutri>>. Acesso em: 23 dez. 2002.

GANSHOF, F. L. **Que é Feudalismo?** Lisboa: Publicações Europa-América, 1959. (Coleção Saber).

GLOBO REPÓRTER. **O Brasil que sente fome.** Exibido em : 23 jan. 2003. Disponível em: <www.redeglobo.com/globoreporter>

INSTITUTO CIDADANIA, 2001. **Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil.** Disponível em: <<http://www.pt.org.br/lulanet>>. Acesso em: 23 nov. 2002; 24 nov. 2002; 17 dez. 2002.

LAROUSSE Cultural. **Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora Universo, 1992.

MALTHUS, T.R. **Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática:** ensaio sobre a população. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** Tradução: José Arthur Giannotti. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro I v. I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 7. ed. São Paulo: Global editora, 1988.

MENDONÇA, R. **O Paradoxo da Miséria**. São Paulo: Revista Veja, 23 jan. 2002.

NAÇÕES UNIDAS. FAO, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org.com>>. Acesso em: 17 dez. 2002; 02 jan. 2003; 03 jan. 2003.

SEN, A. **Poverty and Famines**. Disponível em: <<http://www.nobelprizes.com/nobel/>>. Acesso em: 02 jan. 2003.

SILVA, L. I. L. , 2001. **Para Acabar com a Fome**. Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: 17 dez. 2002.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. v. São Paulo: Abril Cultural, 1983.